



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

**MESTRADO**  
*ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS*

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
DISSERTAÇÃO

A DIFERENCIAÇÃO DA POBREZA NO TERRITÓRIO

BEATRIZ PENEDO TORRÃO

OUTUBRO - 2022



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

**MESTRADO**  
**ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**A DIFERENCIAÇÃO DA POBREZA NO TERRITÓRIO**

**BEATRIZ PENEDO TORRÃO**

**ORIENTADOR:**  
**PROFESSOR DOUTOR CARLOS FARINHA RODRIGUES**

**OUTUBRO - 2022**



## ACRÓNIMOS E SIGLAS

EU-SILC - *European Union Statistics on Income and Living Conditions Survey*.

ICOR - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento.

INE - Instituto Nacional de Estatística.

ISCED - *International Standard Classification of Education*.

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

p.p. - Pontos Percentuais.

PPS - *Purchasing Power Standard*.

TFM - Trabalho Final de Mestrado.

UE - União Europeia.

## **ABSTRACT**

In the last few years, the attention given to the phenomenon of poverty in its global sense has increased substantially, with a growing number of studies on the subject, which include the analysis of income and the phenomenon of social exclusion. However, the differentiation of poverty along the territory is still a topic barely addressed, both at an european and national level, not existing many studies focusing on the territorial component, and on the differences between these phenomena at a territorial level.

Despite the fact that this phenomenon is still poorly studied, there are evidence in the literature which confirm the relevance of the topic, since both at an european and national level there are differences pointed between the situation to which individuals are exposed to when having in account the territorial component.

The focus of this Master's Final Work, is to study the differentiation of poverty considering the territorial component at the context of the European Union and for Portugal in a more profound way. For that, it was considered the data from EU-SILC "European Union Statistics on Income and Living Conditions Survey", which has in account a variable that represents the degree of urbanization, which allows to characterize the territory having in account 3 different territorial typologies.

Throughout this study, both in the analysis for the European Union and for Portugal, the existence of asymmetries between the rural/urban typology are clear. In rural areas, population is more exposed to situations of poverty and social exclusion, being pretty clear, especially for Portugal, the stagnation faced in this territorial typology. With this study, it is possible to affirm that the degree of urbanization of the place where an individual lives influences the way in which he is exposed to poverty and social exclusion.

**KEYWORDS:** Poverty, Social Exclusion, Income Distribution, Territory, Degree of Urbanization, Portugal

## RESUMO

Nos últimos anos, a atenção dada ao fenómeno da pobreza na sua globalidade tem aumentado substancialmente, com um crescente número de estudos sobre o tema, em que se inclui a análise ao rendimento e aos fenómenos de exclusão social. No entanto, o fenómeno da diferenciação da pobreza no território é um tema ainda pouco abordado, quer a nível europeu como nacional, sendo ainda poucos os estudos com foco na componente territorial, e nas diferenças existentes no que diz respeito a estes fenómenos.

Assim, apesar deste ser um fenómeno ainda pouco estudado, existem evidências na literatura que permitem verificar que este é um tema relevante, uma vez que tanto a nível europeu como nacional, são apontadas diferenças entre a situação a que os indivíduos estão expostos tendo em conta o local onde residem.

Deste modo, o foco deste Trabalho Final de Mestrado, é estudar a diferenciação dos fenómenos de pobreza tendo em conta a componente territorial no contexto da União Europeia e para Portugal de forma mais aprofundada. Para isso, foi utilizado um conjunto de dados que fazem parte do EU-SILC “*European Union Statistics on Income and Living Conditions Survey*”, que têm em conta uma variável que representa o grau de urbanização, que permite caracterizar o território considerando 3 tipologias territoriais distintas.

Ao longo deste estudo, quer na análise efetuada para a União Europeia quer para Portugal, são claras as assimetrias existentes entre a tipologia rural/urbana. Nas áreas rurais, a população está mais exposta a situações de pobreza e exclusão social, sendo clara, principalmente para Portugal, a estagnação vivida nesta tipologia territorial. O estudo efetuado permite afirmar de forma clara, que o grau de urbanização do local onde o indivíduo reside influencia a forma como o mesmo é exposto à situação de pobreza e exclusão social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza, Exclusão Social, Distribuição do Rendimento, Território, Grau de Urbanização, Portugal

## ÍNDICE

Acrónimos e Siglas .....	i
Abstract.....	ii
Resumo .....	iii
Índice .....	iv
Índice de Tabelas .....	v
Índice de Figuras .....	v
Agradecimentos .....	viii
1. Introdução .....	1
2. Desigualdade e Pobreza no Território: Aspectos conceptuais.....	3
2.1. Desigualdade, Pobreza e Exclusão Social .....	3
2.2. Fontes de informação estatística.....	5
2.3. Indicadores de Pobreza e Grau de Urbanização .....	6
2.4. Desigualdade e Território .....	9
3. Pobreza e Território na União Europeia .....	12
3.1. O território da União Europeia em 2019 .....	12
3.2. União Europeia: Evolução dos indicadores (2009-2019).....	17
4. Pobreza e Território em Portugal.....	19
4.1. Breve caracterização do território.....	19
4.2. Portugal: Evolução dos principais indicadores (2009-2019).....	22
4.3. Análise dos Resultados .....	31
5. Conclusão.....	33
Referências .....	36
Anexos.....	39

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I: Portugal, Proporção de população ativa (15-64 anos) e idosa (+65 anos) por tipologia territorial (2009 e 2019) .....	30
Tabela AII: Glossário de Indicadores .....	39
Tabela AIII: UE-27, População Total (2009 - 2019).....	41
Tabela AIV: UE-27, Rendimento médio por adulto equivalente por tipologia territorial (2019) .....	42
Tabela AV: UE-27, Distribuição da população por tipologia territorial e Variação em pontos percentuais (p.p.) - (2009 - 2019) .....	45
Tabela AVI: UE-27, Análise do Rendimento Médio por Adulto Equivalente por tipologia territorial (2009-2019).....	46
Tabela AVII: Portugal, População em risco de pobreza por NUTS II (2017-2020)	47
Tabela AVIII: Portugal, Rendimento disponível por agregado familiar por NUTS II-PPS (2009-2018) .....	48
Tabela AIX: Portugal, Rendimento Médio por Adulto Equivalente por tipologia territorial (2009-2019) .....	48
Tabela AX: Portugal, Evolução da Taxa de pobreza e Taxa de pobreza ou exclusão social por tipologia territorial (2009-2019) .....	49

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: UE-27, Distribuição da população por tipologia territorial (2019).....	12
Figura 2: UE-27, Rácio do Rendimento Médio por Adulto Equivalente das Áreas Rurais e Urbanas sobre o Rendimento Médio Nacional (2019).....	14
Figura 3: UE-27, Taxa de pobreza por tipologia territorial (2019) .....	15
Figura 4: Portugal, Distribuição da população pelo território por tipologia territorial (2009-2019) .....	20

Figura 5: Portugal, Rácio do Rendimento Médio por Adulto Equivalente das Áreas Rurais e Urbanas como percentagem do Rendimento Médio Nacional (2009-2019)....	22
Figura 6: Portugal, Rendimento Médio por Adulto Equivalente: rácio rendimento médio das cidades <i>versus</i> zonas rurais (2009- 2019) .....	23
Figura 7: Portugal, Taxa de Pobreza por tipologia territorial (2009-2019).....	24
Figura 8: Portugal, População em privação material severa por tipologia territorial (2009-2019) .....	26
Figura 9: Portugal, Percentagem de indivíduos a viver em agregados com intensidade Laboral <i>per capita</i> muito baixa por tipologia territorial (indivíduos com menos de 60 anos) – (2009-2019) .....	27
Figura 10: Portugal, Percentagem de População dos 18 aos 64 anos com ensino superior por tipologia territorial (ISCED 5-8) – (2009-2019).....	28
Figura 11: Portugal, Percentagem de População dos 18 aos 64 anos com ensino básico por tipologia territorial (ISCED 0-2) – (2009-2019).....	29
Figura A12: UE-27, Rendimento Médio por Adulto Equivalente: rácio rendimento médio das cidades <i>versus</i> zonas rurais (2019).....	43
Figura A13: UE-27, Taxa de Pobreza por tipologia territorial: Desvios em pontos percentuais (p.p.) face à taxa de pobreza nacional (2019).....	43
Figura A14: UE-27, População em risco de pobreza ou exclusão social por tipologia territorial (2019) .....	44
Figura A15: UE-27, Privação material severa por tipologia territorial (2019).....	44
Figura A16: UE-27, Percentagem de indivíduos a viver em agregados com intensidade laboral <i>per capita</i> muito baixa por tipologia territorial (indivíduos com menos de 60 anos) - 2019 .....	45
Figura A17: UE-27, Rendimento Médio por Adulto Equivalente: rácio rendimento médio das zonas urbanas <i>versus</i> zonas rurais em 2009 e 2019 .....	46
Figura A18: UE-27, Variação em pontos percentuais (p.p.) da Pobreza ou Exclusão Social por tipologia Cidades/ Áreas Rurais (2009-2019).....	47

Figura A19: Portugal, Taxa de Pobreza por tipologia territorial: Desvios em pontos percentuais (p.p.) face à taxa de pobreza nacional (2009-2019) ..... 49

Figura A20: Portugal, Privação material e social por tipologia territorial (2013-2019)  
..... 50

## AGRADECIMENTOS

Primeiro que tudo, gostaria de deixar uma palavra de agradecimento ao professor Carlos Farinha Rodrigues, que ao longo de todo este processo sempre se mostrou disponível e presente, por todas as sugestões e apontamentos que foi sempre apresentado.

Aos meus amigos, aos que deixei na Covilhã quando iniciei esta nova aventura e sempre se fizeram sentir presentes apesar da distância, e aos que Lisboa me deu, um agradecimento pelo apoio e compreensão pela falta de tempo ao longo deste desafio que foi escrever esta dissertação enquanto iniciava uma nova fase.

Ao Zé Pedro, por ter sido o meu companheiro de todas as horas ao longo deste desafio. Por todos os debates e conversas que tivemos, que sempre me ajudaram a perceber o caminho a tomar. Por ter sido o meu ombro nos momentos de descrença e nos momentos em que o trabalho estava quase feito, este trabalho é também um bocadinho teu.

À minha família, em especial aos que mais de perto seguiram este processo.

À minha irmã por todas as palavras de apoio, ao Nini que certamente vai ficar contente por não ter de esperar mais que a tia acabe de estudar para ter companhia para brincar.

À minha Machinha.

Por fim, o maior e mais sentido agradecimento aos meus pais, que me sempre me deixaram voar, mesmo quando as circunstâncias não eram as melhores, sabem bem o quanto valorizo tudo o que fazem por mim. O canudo é para eles, é nosso!

## 1. INTRODUÇÃO

A preocupação com os temas relativos à distribuição do rendimento, desigualdade, pobreza e exclusão social adquiriu ao longo dos últimos anos uma importância crescente na investigação académica, no debate político, na discussão pública e na comunicação social. Infelizmente, esta crescente preocupação com as temáticas da pobreza e exclusão social raramente se tem traduzido numa efetiva melhoria das condições de vida das populações (Rodrigues, 2017).

A maioria dos estudos publicados sobre o tema, tem apenas em conta a componente global destes fenómenos, não fazendo menção à forma como os mesmos diferem no território, o que transforma num grande desafio a pesquisa e recolha de dados que considerem a componente territorial e regional. Apesar disto, autores tanto a nível europeu como nacional têm desenvolvido o tema, o que permite reconhecer a importância e relevância do estudo do mesmo.

A nível europeu, autores como Augère-Granier (2017), Bernard (2019) e Bertolini (2019), assinalam nos seus estudos as diferenças existentes entre a componente territorial. Segundo estes, a população que reside em áreas rurais tende a estar mais exposta a situações de pobreza e exclusão social, adicionalmente, é também apontado que nestas áreas os níveis de rendimento tendem a ser mais baixos, quando se compara com a situação observada nas restantes áreas. Também para Portugal, autores como Rodrigues (2019), Pereira (2019), Mauritti, Nunes, Alves & Diogo (2019), assinalam a premissa de que a componente territorial afeta a forma como o rendimento está distribuído, as condições de vida da população e a incidência da pobreza.

Estes estudos revelam a existência de um fenómeno que merece atenção, uma vez que tanto a nível europeu como nacional, é assinalada a existência de diferenças na forma como os indivíduos são expostos a situações de pobreza e exclusão social tendo em conta o local onde residem. Na Europa, não existem atualmente dados que digam respeito especificamente à componente regional, no entanto, o Eurostat apresenta um conjunto de dados que têm em conta o grau de urbanização, e que tal como referido por Rodrigues (2019), podem ser utilizados como *proxy* para a caracterização do território, assim é possível dividir o território em três tipologias distintas, tendo em conta a densidade populacional.

Deste modo, e dada a relevância do tema na atualidade, o objetivo final deste Trabalho Final de Mestrado (TFM) é possibilitar a resposta à questão: “o grau de urbanização do local onde o indivíduo reside, influencia a forma como o mesmo é exposto à situação de pobreza e exclusão social?”. Para tal, vai ser estudada a forma como os fenómenos da distribuição do rendimento, pobreza e exclusão social variam tendo em local onde reside o indivíduo, primeiramente na União Europeia (UE) e depois para Portugal, foco deste trabalho, através da análise de um conjunto de indicadores que considera a componente territorial através do grau de urbanização.

Ao longo de todo o Capítulo 2, o objetivo é apresentar uma contextualização do tema. Primeiramente, serão apresentados os principais conceitos e autores como Atkinson (1970), Sen (1973), Stiglitz (2012) e mais recentemente Piketty (2014), que ao longo das últimas décadas, contribuíram com os seus estudos para o desenvolvimento e crescente interesse pelo tema. Também neste capítulo, são apresentadas as fontes de informação estatística utilizadas para recolha dos dados considerados. Por fim, será apresentada uma breve recolha de estudos relativos ao tema, que permitem ter uma base empírica para construção deste estudo.

Na segunda parte deste TFM (Capítulo 3 e 4), será apresentada a análise aos indicadores em estudo no território da UE e Portugal, tendo em consideração a evolução ocorrida entre 2009 e 2019, com especial atenção ao ano de 2019, último ano para o qual existe informação detalhada.

No Capítulo 3, é apresentada uma caracterização da situação vivida no território da UE, tendo em conta os fenómenos em estudo, por forma a verificar se o tema é relevante no panorama europeu. Assim, e depois de apresentar essa validação, no Capítulo 4, é apresentada uma análise mais aprofundada à situação vivida no território português tendo em conta os indicadores relativos ao rendimento, pobreza e exclusão social, níveis de privação e também intensidade laboral. Por forma a completar a análise para Portugal, vão ser considerados fatores com a educação e estrutura etária da população.

Os capítulos apresentados pretendem conduzir a uma resposta para a questão levantada, que se espera que apresente uma caracterização daquilo que é a realidade vivida no território europeu, mas principalmente português, e permita identificar pontos que necessitam de uma aposta forte e concertada por parte das políticas públicas.

## **2. DESIGUALDADE E POBREZA NO TERRITÓRIO: ASPETOS CONCEPTUAIS**

### **2.1. Desigualdade, Pobreza e Exclusão Social**

Ao longo das últimas décadas, o interesse público e acadêmico relativo a questões de desigualdade e pobreza cresceu de forma substancial. Estes conceitos, apesar de distintos na sua natureza acabam por estar profundamente interligados, tal como referido por Kakwani (1997). Assim, é da maior relevância que o seu estudo seja feito de forma conjunta.

Como referido por Piketty (2014): “Desde o século XIX que autores como Malthus, Ricardo e Marx abordam as questões de desigualdade nas suas obras, ainda que de forma substancial, dada a escassez de dados estatísticos e métodos quantitativos da altura”. A literatura moderna sobre desigualdades sofreu um forte impulso nos anos 70, com as obras de Tony Atkinson e Amartya Sen, entre outros autores, que contribuíram com os seus estudos relativos às diferenças na distribuição de rendimento das populações (Atkinson (1970), Sen (1973)). Durante os anos 60 e 70, muitas das evidências relativas à distribuição do rendimento eram baseadas em informação publicada pelas instituições de estatística nacionais, e tendo em conta estas informações eram utilizados índices como o coeficiente de Gini ou a proporção de população em situação de pobreza, formas de considerar a desigualdade e pobreza ainda utilizadas atualmente (Jenkins & Micklewright, 2007).

Atkinson, no seu artigo de 1970, foi pioneiro na apresentação de métodos alternativos para a medição das desigualdades, associando formalmente níveis de desigualdade e níveis de bem-estar social da população. Amartya Sen, em 1992, refere que a forma como o rendimento está distribuído pela população é importante, no entanto, reforça a relevância de ter em conta outros aspetos na análise da desigualdade, que não apenas o rendimento. Assim, ao estudar a desigualdade é necessário ter em conta diversos fatores, nomeadamente o tipo de desigualdade que se pretende estudar. No caso presente, ao considerar a desigualdade do rendimento, é possível ter uma perspetiva da forma como o mesmo está distribuído entre as famílias e os indivíduos, uma vez que este é um fator que tem um impacto significativo na forma como a sociedade se organiza, tendo em conta questões de eficiência económica e de justiça social.

A desigualdade, é assim causa e consequência das falhas existentes no sistema, que acabam por levar a instabilidade no próprio sistema económico, o que por sua vez contribui para o aumento da desigualdade, causando assim um ciclo vicioso, que tal como referido por Stiglitz (2012), apenas pode ser resolvido com a aplicação de políticas públicas fortes e concertadas.

O conceito de pobreza, à semelhança do de desigualdade incorpora várias dimensões, Stiglitz (2012), refere que a forma de medir a pobreza, à semelhança da medição do rendimento, é difícil e controversa.

Ao considerar este conceito é necessário ter em conta o seguinte: um indivíduo pode ser considerado pobre quando não tem acesso a recursos essenciais para fazer face às suas necessidades básicas, e neste caso tem se em consideração a pobreza absoluta. Por outro lado, quando se considera a pobreza como privação por comparação ao nível de vida que prevalece na sociedade em que o indivíduo se insere, tem se em conta a pobreza relativa. Atualmente, na Europa o limiar de pobreza é definido em termos relativos, o que pressupõe que as condições básicas para uma vida digna têm de ter conta a sociedade em que o indivíduo está inserido. O principal indicador de pobreza considerado é a taxa de pobreza, que representa a proporção de população que vive abaixo do limiar estabelecido, que é definido como uma percentagem do rendimento mediano. A associação entre os conceitos de pobreza monetária e desigualdade económica surge com maior evidência no contexto europeu, uma vez que a taxa de pobreza do rendimento monetário está fortemente associada às assimetrias que se verificam na parte inferior da distribuição do rendimento (Rodrigues, 2017).

O conceito de pobreza deve igualmente ser considerado uma violação dos direitos humanos, uma vez que limita o indivíduo no acesso a bens essenciais como a alimentação, a saúde e a habitação, assim, é necessário completar o conceito estatístico de pobreza monetária, com a noção de privação em relação a necessidades humanas fundamentais (INE, 2010).

O conceito de “exclusão social”, ganhou uma importância acrescida a partir da década de 90 do século passado na política social europeia com a introdução deste conceito e com a construção de indicadores para a sua medição, tal como referido R. Atkinson & Davoudi (2000). A exclusão social é um conceito mais complexo, uma vez que considera

um número maior de características, é considerada “uma dinâmica social e um processo económico”, muito mais que um “estado”, como é referido por Augère-Granier (2017). A falta de recursos monetários é considerada um aspeto determinante das condições de vida de um agregado familiar, no entanto, este não é o único aspeto que pode conduzir um agregado para a situação de exclusão social.

A pobreza e a exclusão social, são dois fenómenos que apesar de bastante correlacionados apresentam aspetos distintos. No entanto, no contexto da política europeia estes dois conceitos tendem a ser considerados conjuntamente, através da construção de um indicador síntese para medir a exclusão social que combina três dimensões: a pobreza monetária, a privação material e a intensidade laboral (Augère-Granier, 2017).

O aumento dos estudos relativos a desigualdades, pobreza e exclusão social levou a um aprimoramento dos conceitos, métodos e modelos utilizados, que foi acompanhado pelo aumento de dados disponíveis para estudo do tema. No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer no que concerne a estes tópicos (Jenkins & Micklewright, 2007).

## **2.2. Fontes de informação estatística**

Nesta dissertação vão ser realizadas duas análises no que diz respeito aos indicadores de desigualdade, pobreza e exclusão social. Primeiramente, será feita uma análise à situação vivida na União Europeia (UE), tendo por base a década compreendida entre 2009-2019. Numa segunda fase, será feita uma análise mais abrangente à situação de Portugal, foco desta dissertação, tendo em consideração o mesmo horizonte temporal.

Para ambas as análises serão utilizados os dados do Eurostat que é o Serviço de Estatísticas da União Europeia, responsável pela publicação de estatísticas e indicadores harmonizados a nível europeu, e que permite a comparação entre países e regiões.

Os dados utilizados ao longo desta dissertação, fazem parte do EU-SILC “*European Union Statistics on Income and Living Conditions Survey*”, que é a base oficial de dados estatísticos relativos a questões de rendimento dos agregados familiares, pobreza e exclusão social para os países europeus. Assim, para recolha destes dados, são realizados inquéritos às condições de vida e rendimento das famílias de forma monitorizada e

concertada nos países europeus, o que permite a comparação entre os estados-membros, uma vez que são disponibilizados microdados sobre o rendimento, pobreza, condições de vida, exclusão social, trabalho, saúde e educação dos mesmos.

Em Portugal, o Instituto Nacional de Estatística (INE), é responsável pela realização destes inquéritos às famílias, de acordo com a metodologia e legislação europeia, através de amostras representativas do conjunto da população e de alguns subgrupos que a constituem.

Desta forma, nesta dissertação vai ser analisado um conjunto de indicadores, para a UE e Portugal, que vão permitir estudar e avaliar a forma como a tipologia rural/urbana influencia fenómenos como a desigualdade na distribuição de rendimento, pobreza e exclusão social, tendo em conta os dados fornecidos pelo Eurostat.

### **2.3. Indicadores de Pobreza e Grau de Urbanização**

Ao longo da dissertação, vão ser tidos em consideração um conjunto de indicadores utilizados na União Europeia (Eurostat), para análise das questões de desigualdade, pobreza e exclusão social, e que vai de encontro ao observado ao longo da literatura. O que se pretende analisar é o comportamento destes fenómenos, tendo em conta o local onde o indivíduo reside, assim, é necessário que estes indicadores tenham em consideração a componente regional/territorial.

Em primeiro lugar, vai ser considerado o rendimento disponível por adulto equivalente, em que o rendimento disponível das famílias é corrigido utilizando a escala modificada da OCDE. Este é um importante indicador, uma vez que permite ter em conta as diferenças tanto ao nível da composição como dimensão das famílias. Adicionalmente, a sua consideração é útil na análise conjunta dos fenómenos de desigualdade, pobreza e exclusão social, sendo por outro lado, útil na identificação de alguns determinantes do nível de vida da população.

Tendo em conta que a análise da distribuição do rendimento é um aspeto central deste trabalho, no estudo da pobreza também o foco será nas questões que se relacionam com a carência de meios económicos.

A análise da pobreza económica pressupõe em primeiro lugar a definição de uma linha de pobreza, que permite a identificação da população pobre. Atualmente na União Europeia, a linha de pobreza relativa é definida em 60% do rendimento mediano por adulto equivalente, considerando as necessidades monetárias dos indivíduos. Ao considerar este limiar de pobreza, as assimetrias na distribuição do rendimento, em particular na parte inferior da distribuição do rendimento, têm um impacto direto no cálculo da linha de pobreza.

Assim, os indicadores considerados vão ser a taxa de pobreza, a privação material e a intensidade laboral dos agregados. Para o estudo da pobreza e exclusão social é necessário ter em conta um maior número de indicadores, uma vez que um retrato de pobreza e exclusão social não pode ter apenas em conta o rendimento, dada a sua insuficiência para retratar de forma abrangente os diferentes fatores que afetam as condições de vida da população.

Também a nível europeu a estratégia económica de crescimento para década considerada até 2020, designada de “Europa 2020”, considerava a pobreza relativa e a exclusão social de forma conjunta, através da conjunção dos indicadores de pobreza relativa, privação material severa e intensidade laboral *per capita* muito baixa, à semelhança do que foi considerado, ainda que com alguns aperfeiçoamentos, para a estratégia para a próxima década, definida até 2030 – “Europa 2030”<sup>1</sup>, (INE (2021a) e INE (2021b)).

Ao considerar a exclusão social, é necessário ter em conta a capacidade do agregado familiar satisfazer um conjunto de necessidades consideradas básicas, e que indica o nível de privação material do mesmo. Assim, são consideradas nove necessidades básicas, tal como estabelecido pelo Eurostat:

1. capacidade de fazer face a compromissos financeiros inesperados;
2. capacidade de suportar uma semana de férias por ano fora de casa;
3. capacidade de fazer face a despesas relativas à habitação, como renda, hipoteca, ou despesas correntes;

---

<sup>1</sup> Na estratégia “Europa 2030”, o indicador de pobreza ou exclusão social considera os indivíduos que se encontram em situação de pobreza, ou privação material e social severa, ou vivam em agregados cuja intensidade laboral *per capita* é muito baixa (INE, 2021b). O indicador privação material e social severa é explicitado na Tabela AII em Anexo.

4. capacidade de ter uma refeição de carne ou peixe a cada dois dias;
5. capacidade de manter a casa adequadamente aquecida;
6. possuir máquina de lavar roupa;
7. possuir televisão a cores;
8. possuir telefone;
9. possuir automóvel próprio.

Um indivíduo ou agregado familiar encontra-se em privação material, quando não consegue fazer face a pelo três dos nove itens considerados. No caso de não conseguir satisfazer no mínimo quatro dos nove itens, considera-se que está em privação material severa. Assim, um indivíduo é considerado como estando em risco de pobreza ou exclusão social se: estiver em risco de pobreza, caso esteja numa situação de privação material severa, ou viva num agregado em que a intensidade laboral é muito baixa.

É de assinalar que todos estes indicadores são explicitados na Tabela AII em Anexo.

No EU-SILC, não existem dados específicos que possibilitem a análise das diferenças entre as zonas rurais e urbanas, no entanto, existe uma variável que considera o grau de urbanização das regiões, ou seja, a densidade populacional, que vai ser a variável considerada neste estudo. Os concelhos são divididos tendo em conta o seu grau de urbanização, sendo que esta classificação vai de encontro ao estabelecido pelas NUTS<sup>2</sup> (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos):

1. cidades: áreas urbanas ou áreas densamente povoadas, definidas como parcelas contíguas (*grid cells*) de 1km<sup>2</sup>, com um mínimo de 50 000 habitantes, com densidade populacional de pelo menos 1500 habitantes por km<sup>2</sup>;
2. áreas intermédias: por norma subúrbios de grandes cidades, são definidas como parcelas contíguas de 1km<sup>2</sup>, com pelo menos 5000 habitantes, com densidade populacional mínima de pelo menos 300 habitantes por km<sup>2</sup>;
3. áreas pouco povoadas: comumente designadas de zonas rurais, são as restantes áreas, que não cumprem os critérios anteriormente referidos.

---

<sup>2</sup> O Sistema de NUTS, é um sistema hierárquico de divisão do território por regiões, por forma a facilitar a harmonização das estatísticas dos vários países, tendo em conta a recolha, compilação e divulgação de estatísticas regionais, em Portugal, são considerados 3 níveis de NUTS (INE, 2015).

A classificação destas tipologias, é particularmente importante na análise dos diferentes indicadores acima apresentados, uma vez que possibilita a análise e o combate da pobreza através da escolha das políticas públicas mais indicadas, tendo em conta as tipologias territoriais mais afetadas, e também o fenómeno que mais afeta cada uma delas.

#### **2.4. Desigualdade e Território**

O local de nascimento de um indivíduo continua ainda a ser um fator que afeta profundamente o seu futuro, na medida em que por toda a Europa se verifica que a maioria da população que reside em áreas rurais está mais exposta ao risco de pobreza e exclusão social. Este é ainda um aspeto pouco estudado e abordado, quer ao nível académico como nos *media*.

Ao nível europeu, verificam-se grandes diferenças ao longo da literatura sobre o tema, no que diz respeito à intensidade da pobreza quando se compara o meio rural com o meio urbano. Em alguns países, as zonas rurais são significativamente mais pobres, e noutros, verifica-se que este é um problema maioritariamente das zonas urbanas (Bernard, 2019). Adicionalmente, é também de reforçar a existência de poucos estudos comparativos relativos à pobreza rural na Europa, o que torna a recolha de informação um desafio.

Apesar do mencionado anteriormente, verifica-se que ao longo da literatura é referida a persistência da pobreza rural comparativamente ao que se verifica nas regiões urbanas, o que acaba por afetar o crescimento económico e social dessas regiões. Os habitantes das áreas rurais da maioria dos países europeus continuam a estar mais expostos ao risco de pobreza e exclusão social, que aqueles que residem em áreas urbanas. Adicionalmente, na Europa, a diferença entre as áreas rurais e urbanas é principalmente notória nos países de leste (Augère-Granier, 2017).

Nas zonas rurais a população está mais exposta ao risco de pobreza e exclusão social, uma vez que os habitantes destas regiões são sujeitos a determinados fatores que os colocam em desvantagem. A distância às grandes cidades dificulta o acesso a serviços básicos, como educação e saúde. O mercado de trabalho apresenta uma procura e oferta de emprego limitada, quando comparada com aquilo que acontece nos grandes centros urbanos, e na maioria das vezes os salários são mais baixos, principalmente para as mulheres (Bertolini (2019), Bernard (2019), Augère-Granier (2017)). Todos estes fatores

contribuem para que as zonas rurais tenham dificuldade não só em estabelecer a população jovem no território, como em desenvolver novas atividades económicas para criação de postos de trabalho.

Os estudos demonstram que os problemas sociais e económicos nas áreas rurais estão associados a questões relacionadas principalmente com: a acessibilidade, a demografia, a educação, e o mercado de trabalho, que fazem com que os indivíduos que residem nestas áreas tenham à partida acesso a menores rendimentos. Como é referido por Bernard (2019), a combinação entre um mercado de trabalho local fraco e uma população com um insuficiente grau de educação constitui uma desvantagem para parte da população das zonas rurais.

Nos países mais ricos, verifica-se a possibilidade de criação de comunidades rurais fortes, em que as condições de vida oferecidas podem ser atrativas para as famílias. No entanto, em países mais pobres, as zonas rurais não têm capacidade de fornecer serviços públicos de qualidade, como educação e saúde, que sejam capazes de competir com aqueles fornecidos nas regiões urbanas, promovendo assim gradualmente o despovoamento dessas regiões. Para além deste aspeto, também se verifica que quanto mais elevada a taxa de pobreza de um país, maior é a desigualdade entre as zonas urbanas e rurais (Augère-Granier, 2017).

Num estudo de 2007, relativo ao período entre 1989-2000 em Portugal, é referida a existência de um *trade-off* entre pobreza e desigualdade quando consideradas as áreas rurais e urbanas, sendo que nas áreas rurais se observa a predominância de elevados índices de pobreza e nas áreas urbanas altos níveis de desigualdades (Rodrigues, 2007). Estudos mais recentes de autores como Pereira (2019), Rodrigues (2019), Mauritti et al. (2019) e Mauritti, Craveiro, Cabrita, Botelho & Franco da Silva (2022), reforçam a premissa de que o grau de urbanização afeta a distribuição do rendimento, as condições de vida, e a incidência de pobreza.

Adicionalmente, é também apontado que as famílias residentes nas áreas urbanas foram as que mais sofreram com as consequências da crise económica de 2010-2013 sentida em Portugal. A utilização de um maior número de indicadores, que são representativos do padrão de vida e do bem-estar da população, sugerem a existência de algumas condições mais desfavoráveis em contextos urbanos. Por exemplo, ao nível da

taxa de privação material severa verifica-se que, à semelhança do que acontece noutros países europeus, nas áreas rurais este indicador apresenta valores mais baixos, comparativamente ao que se verifica nas áreas urbanas (Pereira, 2019). Esta evidencia reforça assim a importância de uma análise multidimensional no estudo da pobreza, por forma a ter em conta todas as variantes e fenómenos observados no território.

Todos estes aspetos apresentados anteriormente reforçam e comprovam o referido, de que a desigualdade está mais associada à tipologia rural/ urbana do que à repartição por regiões (Rodrigues, 2007). Adicionalmente, ao longo da literatura, autores como Góis (2016), Rodrigues (2019) e Pereira (2019) referem que a pobreza e desigualdade têm um comportamento diferente quando consideradas as diversas regiões NUTS.

Neste sentido, importa considerar a eventual influência direta do território onde os indivíduos residem na configuração da pobreza e desigualdade, uma vez que considerar o grau de urbanização torna possível harmonizar as características espaciais semelhantes, mas não idênticas, o que permite analisar conjuntamente cidades ou regiões que estão abrangidas nos critérios utilizados.

### 3. POBREZA E TERRITÓRIO NA UNIÃO EUROPEIA

Ao longo deste capítulo, vão ser analisados indicadores como o rendimento, pobreza, exclusão social e privação material, por forma a verificar se na União Europeia, tal como assinalado ao longo da literatura, a tipologia territorial do local onde o indivíduo reside influencia os fenómenos em estudo.

Numa primeira fase vai ser feita uma análise ao ano de 2019, seguida de uma breve apresentação da evolução ocorrida no período de 2009 a 2019.

Com esta análise, pretende-se caracterizar o território e a sua população tendo em conta os indicadores em estudo para as tipologias territoriais consideradas, por forma a apresentar um panorama geral da situação vivida na União Europeia na atualidade.

#### 3.1. O território da União Europeia em 2019

A União Europeia, com um território que abrange mais de 4 milhões de km<sup>2</sup>, contava em 2019 com uma população de cerca de 447 milhões de habitantes, tal como se verifica na Tabela AIII em Anexo. Em 2019, a Alemanha era o país mais populoso da UE, com cerca de 83 milhões de habitantes, enquanto Malta representava simultaneamente o país com menor número de habitantes (cerca de 514 mil) e o mais pequeno em termos de superfície.

A Figura 1, demonstra que em 2019 a maioria da população estava fixada principalmente nas áreas urbanas/cidades.

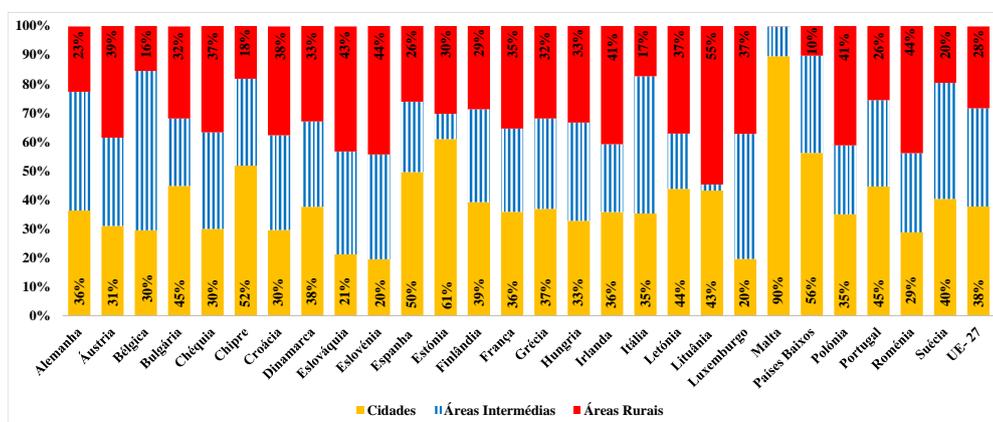


Figura 1: UE-27, Distribuição da população por tipologia territorial (2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_lvho01]. Acedido em 20/06/2022

Ao considerar os dados registado para a média da UE-27, verifica-se que em 2019, 38% da população residia em cidades, seguido de 34% nas áreas intermédias e 28% nas áreas rurais.

A análise individual dos dados dos países da UE-27, permite verificar que Chipre Espanha, Estónia, Malta, Países Baixos e Portugal representavam os países onde residia uma maior percentagem de população nas áreas urbanas, a par com outros países que não registam valores tão elevados, mas cuja maioria da população residia também nesta tipologia territorial. Na generalidade destes países, verifica-se também que é nas áreas rurais onde reside uma menor percentagem da população, sendo o menor valor registado nos Países Baixos, em que no ano de 2019, apenas 10% da população total residia nesta tipologia territorial.

Por fim, em países como a Alemanha, Bélgica, Itália e Luxemburgo a maioria da população residia em áreas intermédias, que são por norma subúrbios de grandes cidades, sendo que também nestes países as áreas rurais representavam as mais despovoadas.

Em sentido contrário a Eslováquia, Eslovénia, Lituânia, Polónia e Roménia eram países ainda predominantemente rurais. Adicionalmente, também em países como a Áustria, Croácia e Irlanda, se verificou uma maior percentagem de população a residir em áreas rurais, no entanto, a população nestes países encontra-se distribuída de forma bastante mais igualitária tendo em conta a tipologia rural/urbana.

Depois de analisada a população e a forma como a mesma se distribuiu pelo território tendo em conta o grau de urbanização, importa analisar os indicadores em estudo.

No que diz respeito à análise do rendimento, a Tabela AIV em Anexo, demonstra que em geral nas áreas densamente povoadas o rendimento médio por adulto equivalente é superior, quando comparado com o que se verifica nas restantes tipologias territoriais em estudo. Em 2019, o Luxemburgo foi o país com rendimento médio por adulto equivalente mais elevado, com 49 mil euros registados nas áreas urbanas.

A Figura 2, reforça o referido anteriormente. Na maioria dos países da UE, é nas áreas urbanas que o rendimento médio por adulto equivalente é mais elevado, sendo em alguns casos bastante superior à média nacional, como é o caso da Bulgária, Hungria, Lituânia e Roménia, em que adicionalmente se verifica uma enorme discrepância com os valores registados nas áreas rurais. A Figura 2, reforçada ainda a discrepância existente entre o

rendimento nacional e o rendimento registado nas áreas rurais, uma vez que apenas na Alemanha, Áustria, e Países Baixos o rendimento das áreas rurais se aproxima do valor registado a nível nacional.

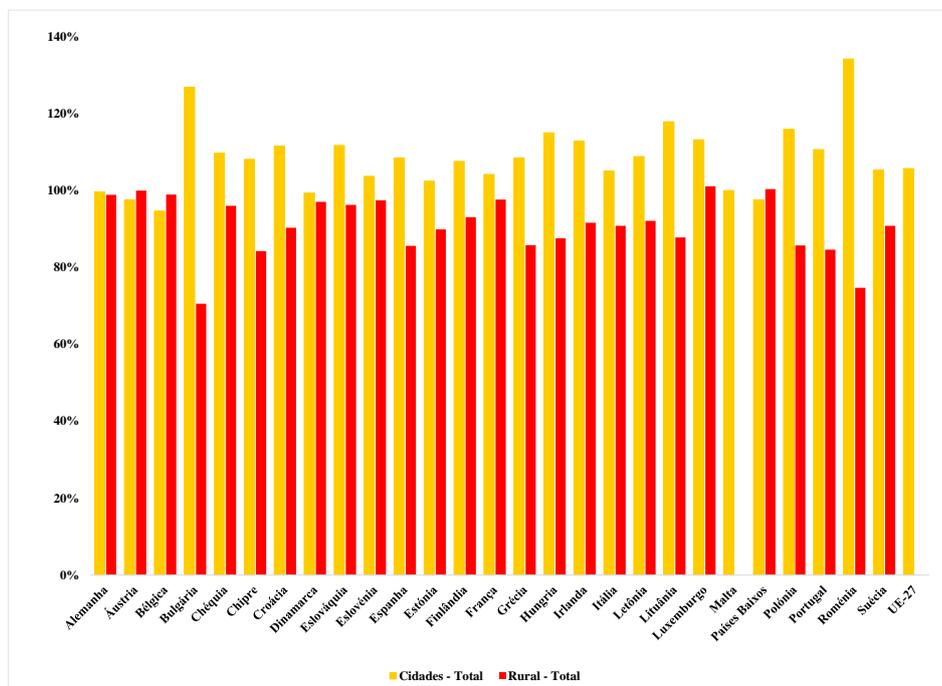


Figura 2: UE-27, Rácio do Rendimento Médio por Adulto Equivalente das Áreas Rurais e Urbanas sobre o Rendimento Médio Nacional (2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_di17]. Acedido em 31/07/2022

A Figura A12 em Anexo, apresenta o rácio do rendimento médio das áreas urbanas em relação ao rendimento médio das áreas rurais. Na maioria dos países da UE o rendimento registado nas cidades é superior ao registado nas áreas rurais, sendo apenas exceção a Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca e Países Baixos, onde se verifica uma distribuição mais igualitária do rendimento pelo território. Outro ponto que importa salientar, é o facto de nos países tendencialmente considerados mais pobres existir uma maior diferença entre o rendimento médio das áreas urbanas relativamente ao registado nas áreas rurais, sendo na Bulgária e Roménia onde se regista uma maior diferença.

No que diz respeito à pobreza, a estratégia 2020 para a Europa estabeleceu como objetivo para a década a redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em, pelo menos 20 milhões, para a próxima década, a estratégia “Europa 2030”, estabeleceu como objetivo uma redução de 15 milhões de indivíduos nesta situação, INE (2021a) e INE (2021b).

Em 2019, na maioria dos países da UE foi nas áreas rurais que se verificou uma maior percentagem de população em risco de pobreza, tal como se observa na Figura 3, sendo a Bulgária e Roménia os países onde a taxa de pobreza registada foi mais elevada, respetivamente com 36% e 39%. Em sentido contrário, países como a Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslovénia, França e Países Baixos registam uma maior percentagem de população em risco de pobreza nas cidades.

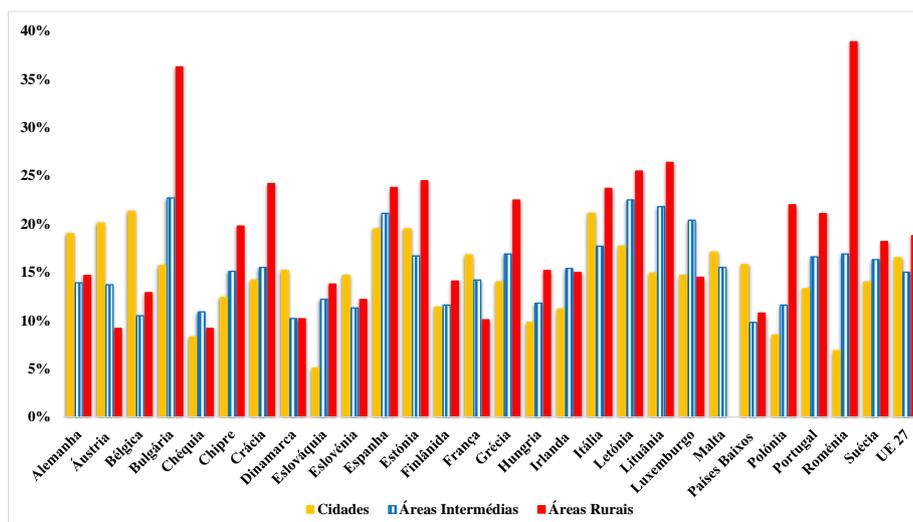


Figura 3: UE-27, Taxa de pobreza por tipologia territorial (2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_li43]. Acedido em 16/07/2022

A Figura A13 em Anexo, apresenta a diferença em pontos percentuais entre a taxa de pobreza registada nas tipologias em estudo e a taxa de pobreza nacional, onde se verifica claramente que a taxa de pobreza nas áreas rurais na maioria dos países da UE é superior à taxa de pobreza nacional, principalmente no caso da Roménia e Bulgária.

Ao considerar a pobreza ou exclusão social, tal como apresentado na Figura A14 em Anexo, é possível verificar que a tendência até aqui observada para o ano de 2019 se mantém. Nas áreas rurais observa-se uma maior percentagem de população em risco de pobreza ou exclusão social, sendo novamente a Bulgária e Roménia os países em que se registam valores mais elevados, principalmente no que diz respeito às áreas rurais.

Depois de considerar a exclusão social de uma forma mais generalizada importa analisar os indicadores considerados ao estudar este fenómeno, a privação material e a intensidade laboral. A análise deste tipo de indicadores permite perceber onde se encontra

a população numa situação mais vulnerável, e que por isso mesmo, se encontra mais exposta a situações de pobreza e exclusão social.

A Figura A15 em Anexo, apresenta a privação material severa para as tipologias em estudo. Contrariamente ao que tem vindo a ser a tendência, para este indicador é nas cidades que os valores registados são mais elevados, ou seja, existe uma maior percentagem de população que não é capaz de satisfazer no mínimo 4 das necessidades básicas apresentadas anteriormente (Capítulo 2.3). Os países em que esta situação é mais preocupante são a Bulgária, Grécia e Roménia, que contrariamente à tendência registada na UE para este indicador, apresentam uma taxa de privação material severa superior nas áreas rurais.

No que diz respeito à intensidade laboral, verifica-se que tanto nas cidades (áreas urbanas) como nas áreas rurais a percentagem de indivíduos que vive em agregados familiares com intensidade laboral *per capita* muito baixa é ainda significativa. A análise da Figura A16 em Anexo, permite afirmar a não existência de uma tendência clara para a tipologia rural/urbana, ou seja, esta é uma realidade que afeta ambas as tipologias em estudo de forma semelhante. Ainda assim, é de salientar que a Bélgica foi o país onde o valor registado foi mais elevado, com cerca de 20% dos indivíduos que residiam em áreas urbanas a viver em agregados com intensidade laboral muito baixa.

A população da UE-27 que residia em áreas rurais, vivia em 2019 numa situação bastante mais vulnerável, no que diz respeito ao nível de rendimento, pobreza e exclusão social comparativamente às restantes tipologias territoriais em estudo. No entanto, é de assinalar que em relação à privação material, foi nas cidades que se registou uma situação mais preocupante na maioria dos países, este é um facto que pode ser associado a fatores como, os padrões de consumo nas cidades serem bastante diferentes dos registados nas áreas rurais, e adicionalmente, devido ao facto de nas áreas rurais persistir ainda bastante a cultura da economia de subsistência, em que as famílias consomem na grande maioria aquilo que produzem.

A análise de todos estes indicadores permite comprovar o referido ao longo da literatura, e ter uma melhor perspetiva daquilo que são as assimetrias existentes entre o território tendo em conta o grau de urbanização. É ainda de assinalar, a preocupante situação vivida na Bulgária e Roménia, que para a maioria dos indicadores apresentaram

os piores resultados, o que adicionalmente comprova o referido no Capítulo 2.4- Desigualdade e Território.

### **3.2. União Europeia: Evolução dos indicadores (2009-2019)**

Depois de analisar detalhadamente o ano de 2019 importa focar a análise na evolução dos principais indicadores em estudo ao longo dos últimos anos – 2009 a 2019.

Em primeiro lugar, importa referir que a população da UE durante a década em estudo sofreu um pequeno aumento de 2% na sua população, tal como se observa na Tabela AIII em Anexo. Em 2009, a UE contava com uma população de cerca de 436 milhões de habitantes, comparativamente a 2019 em que residiam no território cerca de 447 milhões de habitantes.

Durante os 10 anos em análise, na maioria dos países em estudo registou-se uma diminuição da população nas áreas urbanas, tal como se observa na Tabela AV em Anexo.

Atualmente, a população encontra-se distribuída de forma mais igualitária, apesar de tal como referido no capítulo anterior, na generalidade dos países a população continuar concentrada principalmente nas cidades. Adicionalmente, a análise da Tabela AV torna claro que durante o período em estudo foi nas áreas intermédias que a população mais aumentou. Em suma, a população tem vindo a deslocar-se das cidades para as áreas intermédias e rurais nos últimos anos, mas principalmente para as áreas intermédias, que por norma representam os subúrbios das grandes cidades.

No que diz respeito ao rendimento, ao analisar o rendimento médio por adulto equivalente verifica-se que na generalidade dos países da UE o rendimento nominal aumentou comparativamente a valores de 2009, tal como observado na Tabela AVI (Anexo). Por forma a completar a análise, a Figura A17 em Anexo, apresenta o rácio do rendimento médio por adulto equivalente das áreas urbanas em relação às áreas rurais, a análise da mesma reforça o referido anteriormente, adicionalmente permite verificar que o rendimento nas áreas rurais aumentou de forma generalizada comparativamente a 2009.

A Figura A18 em Anexo, apresenta a variação em pontos percentuais da taxa de pobreza ou exclusão social por tipologia cidades/áreas rurais entre 2009 e 2019. Durante este período, verifica-se que de uma forma geral nos países da UE para ambas a tipologia

em estudo a pobreza ou exclusão social diminuiu, exceto algumas exceções como é o caso dos Países Baixos em que se verificou um aumento tanto nas cidades como áreas rurais. No entanto, importa reforçar que apesar de se ter verificado esta diminuição, continua a ser nas áreas rurais que a taxa de pobreza ou exclusão social é mais elevada.

Esta análise permite verificar que, de um modo geral a situação observada na UE naquilo que diz respeito à distribuição da população pelas tipologias em estudo, rendimento e pobreza verificou uma pequena melhoria entre 2009 e 2019. No entanto, apesar desta melhoria geral, observa-se ainda uma grande assimetria entre as condições a que os indivíduos estão expostos tendo em conta o local onde residem, e o grau de urbanização do mesmo. Verifica-se assim, que as alterações observadas acabam por não ser significativas e fortes o suficiente, uma vez que os indivíduos que residem em áreas rurais continuam a viver com menor rendimento e a estar mais expostos à situação de pobreza e exclusão social, quando comparado com as restantes tipologias em estudo.

Em forma de conclusão, existe ainda um grande caminho a percorrer na UE, uma vez que existem ainda muitas discrepâncias quando se considera a tipologia rural/urbana, tal como assinalado ao longo de todo este capítulo, sendo que em muitos destes países existem ainda muitos indivíduos a viver em condições bastante desfavoráveis, principalmente os que residem nas áreas rurais.

#### **4. POBREZA E TERRITÓRIO EM PORTUGAL**

Ao longo do Capítulo 3, foi apresentada uma análise à situação vivida na UE, onde foi possível confirmar que no período entre 2009 e 2019, apesar das condições de vida da população terem melhorado, esta melhoria não foi significativa, uma vez que continua a existir uma enorme disparidade no território, tendo em conta o grau de urbanização do mesmo. O local onde o indivíduo reside continua a ser um fator de diferenciação, sendo claras as diferenças existentes entre a tipologia rural/urbana.

Assim, e depois de verificado que o tema em estudo é relevante no panorama da UE, importa analisar de forma mais aprofundada o caso de Portugal.

Primeiramente, à semelhança do que foi feito para a UE, vai ser analisado o comportamento de indicadores como o rendimento, taxa de pobreza, privação e também intensidade laboral entre 2009-2019, por forma a estabelecer um panorama geral da situação vivida no território português. Numa segunda fase, serão incluídos no estudo indicadores como a educação e idade, por forma a completar a análise.

Desta forma, pretende-se verificar se em Portugal o grau de urbanização do local onde reside o indivíduo o coloca numa situação de maior fragilidade e exposição à situação de pobreza e exclusão social.

##### **4.1. Breve caracterização do território**

A forma como a população se distribui ao longo do território português tem vindo a sofrer inúmeras alterações nas últimas décadas, o êxodo de rural veio alterar por completo a forma como a população está distribuída pelo território, sobretudo desde a segunda metade do século XX.

Segundo Azevedo (2020), as alterações demográficas observadas em Portugal podem ser consideradas em 3 fases distintas. Num primeiro momento, verificou-se um movimento migratório da população dos meios rurais para os meios urbanos, o que acabou por ser um dos primeiros impulsionadores do atual despovoamento e envelhecimento da maioria das áreas rurais. Num segundo momento, o aumento da urbanização das zonas litorais levou à criação das áreas metropolitanas (Lisboa e Porto), que conduziu ao aumento das assimetrias entre as regiões, uma vez que as áreas rurais

não conseguiram fazer face à saída de população dos seus territórios. Por fim, a terceira fase, que se iniciou no século XXI, em que as áreas rurais sofreram um aumento muito acentuado do envelhecimento da população (declínio demográfico). Enquanto que, nas áreas urbanas se observou um processo de expansão das cidades nas áreas contíguas às zonas metropolitanas, ou seja, a suburbanização, que tem levado a um declínio de cidades como Lisboa e Porto.

Nos últimos 10 anos (2009-2019), o país tem vindo progressivamente a perder população, sendo que no período em análise a população diminuiu cerca de 3% - Tabela AIII.

Em 2019, residiam em Portugal, 10 295 909 milhões de habitantes espalhados pelos cerca de 92 mil km<sup>2</sup> que constituem o território. Segundo dados do INE (2020a), no ano em análise, os jovens (0-14 anos) representavam 13,6% da população, o grupo dos 15 aos 24 anos 10,6%, os adultos (25-64 anos) 53,6%, e por fim, os idosos representavam 22,1% da população. Como referido no relatório publicado pelo INE (2020b), as alterações observadas na dimensão e composição da população residente em Portugal, indiciam o progressivo envelhecimento da população e conseqüente declínio demográfico. Adicionalmente, a população em Portugal poderá ficar abaixo dos 10 milhões de habitantes no ano de 2042, segundo previsões do INE, o que reforça a situação de declínio demográfico em que o país se encontra (INE, 2020a).

Durante a década em estudo (2009-2019), no que diz respeito à distribuição da população de acordo com a tipologia rural/urbana o país tem vindo a registar uma trajetória bastante regular, sendo que Figura 4 bastante ilustrativa desta tendência.

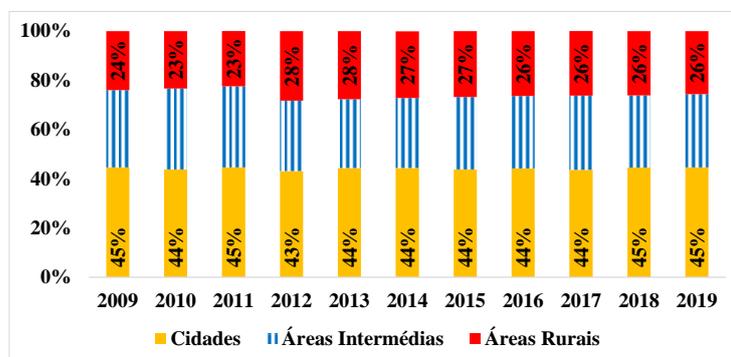


Figura 4: Portugal, Distribuição da população pelo território por tipologia territorial (2009-2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_lvho01]. Acedido a 05/08/2022

Em 2019, 45% da população residente no país estava fixada nas cidades, sendo clara a tendência despovoamento das áreas rurais, em que residiam apenas 26% da população, e os restantes 29 % nas áreas intermédias.

Ao analisar de forma mais profunda o período entre 2009-2019, verifica-se que em 2009, a percentagem de população que residia nas áreas urbanas/cidades era igual à registada em 2019. Adicionalmente em 2009, cerca de 24% da população residia em áreas rurais, apenas menos 2 pontos percentuais em relação ao registado em 2019.

Deste modo, torna-se claro que durante a década em estudo a forma como a população se distribui pelo território estabilizou, uma vez que a população continua a estar distribuída da mesma forma pelas tipologias em estudo. Apesar do aumento de população registado entre 2009-2019 nas áreas rurais, o mesmo não foi suficiente para levar a alterações significativas na forma como a população está distribuída pelas tipologias em estudo. Portugal, continua a ser um país com bastante pouca população nas áreas rurais, comparativamente ao que se verifica nas áreas urbanas, sendo o despovoamento desta tipologia territorial um fenómeno bastante preocupante.

Por forma a completar o estudo, seria interessante fazer um cruzamento entre as regiões NUTS II<sup>3</sup> e as tipologias territoriais em estudo, uma vez que essa informação iria permitir uma caracterização mais completa do território português, e da forma como a população está distribuída pelo mesmo. Atualmente, não existem dados que possibilitem este tipo de análise, uma vez que a dimensão do ICOR (Inquérito às Condições de Vida e Rendimento) não permite obter dados significativos no cruzamento destas duas variáveis.

No entanto, a análise da Tabela AVII e Tabela AVIII em Anexo, que representam respetivamente a percentagem de população em risco de pobreza e o rendimento disponível por agregado familiar em PPS (*Purchasing Power Standard*) por NUTS II, permite verificar a existência de assimetrias e discrepâncias no que diz respeito a estes fenómenos ao considerar as regiões NUTS II, o que reforça a importância do estudo do tema tendo em consideração a componente territorial e a sua diferenciação.

---

<sup>3</sup> As regiões NUTS II são constituídas por sete regiões: Alentejo, Algarve, Área Metropolitana de Lisboa, Centro, Norte, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores, onde são agrupados os 308 municípios de Portugal, (INE, 2015).

#### 4.2. Portugal: Evolução dos principais indicadores (2009-2019)

No presente capítulo, será analisada a situação vivida em Portugal nos últimos anos, tendo como foco as tipologias territoriais em estudo, assim pretende-se verificar, se tal como no território da UE, também em Portugal a tipologia rural/urbana influencia os fenómenos considerados ao longo do estudo.

A Tabela AIX em Anexo, permite fazer uma primeira análise à forma como o rendimento se distribui pelo território português, tendo em conta as tipologias em estudo. Em 2019, as áreas urbanas, registaram um rendimento médio por adulto equivalente de cerca de 14 mil euros, seguido das áreas intermédias com cerca de 12 mil euros, e por fim, as áreas rurais com o valor mais baixo, cerca de 10 mil euros.

Ao comparar os valores registados entre 2009 e 2019, verifica-se quer a nível nacional quer na generalidade das tipologias territoriais em estudo um aumento do rendimento auferido. Durante este período, foi nas áreas intermédias que se registou o maior aumento, cerca de 22%, comparativamente aos 13% registados nas áreas rurais, onde foi registado o menor aumento (Tabela AIX em Anexo). Adicionalmente, foi sempre nas áreas rurais que se registou um menor rendimento médio por adulto equivalente, esta discrepância é ainda mais evidente ao fazer comparações com o rendimento auferido nas cidades.

A análise da Figura 5, reforça ainda mais as diferenças existentes no que diz respeito às cidades/ áreas rurais.

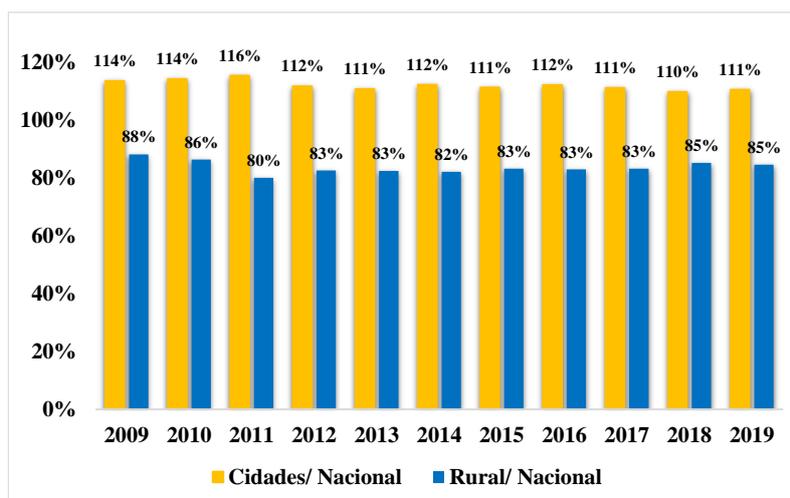


Figura 5: Portugal, Rácio do Rendimento Médio por Adulto Equivalente das Áreas Rurais e Urbanas como percentagem do Rendimento Médio Nacional (2009-2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_di17] e [ilc\_di0], dados trabalhados pela autora. Acedidos a 12/08/2022

Ao comparar o rendimento das tipologias em estudo com o rendimento médio nacional por adulto equivalente, verifica-se que para todos os anos em análise, o rendimento médio por adulto equivalente registado nas cidades foi superior à média nacional, contrariamente ao que se verifica nas áreas rurais, em que para todos os anos em estudo, o rendimento nesta tipologia representou sempre, apenas cerca de 80% do rendimento auferido a nível nacional.

Adicionalmente, como é possível observar na Figura 6, durante o período em estudo o rendimento médio por adulto equivalente registado nas cidades foi sempre superior ao registados nas áreas rurais, o que mais uma vez reforça as assimetrias existentes ao nível do rendimento no território português. A população que reside nas áreas rurais encontra-se em desvantagem relativamente à restante, uma vez que auferem um rendimento bastante menor.

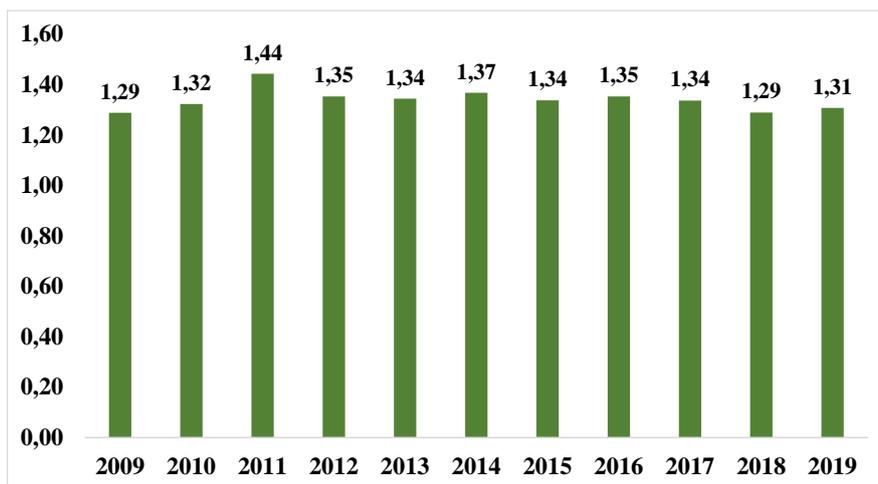


Figura 6: Portugal, Rendimento Médio por Adulto Equivalente: rácio rendimento médio das cidades *versus* zonas rurais (2009- 2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_di17], dados trabalhados pela autora. Acedido a 12/08/2022

Depois de analisados todos estes indicadores relativos ao rendimento, é clara a estagnação vivida em Portugal durante a década em análise no que diz respeito à distribuição do rendimento pelas tipologias em estudo. Apesar de para todas as tipologias consideradas se ter verificado um aumento do rendimento auferido, o mesmo não foi suficiente para colmatar as assimetrias existentes entre os vários territórios do país tendo em conta o seu grau de urbanização.

No período em estudo, não se verificaram alterações significativas na forma como o rendimento está distribuído, ou seja, nas áreas rurais a população continua a auferir um rendimento bastante menor, quer quando comparado com os valores nacionais quer com as restantes tipologias em estudo, sendo esta uma tendência que se mantém inalterada desde 2009.

A Figura 7, apresenta a evolução da taxa de pobreza durante o período em estudo. A análise preliminar da mesma permite verificar que, ao longo dos últimos 10 anos a taxa de pobreza nas áreas rurais foi sempre superior à registada tanto nas restantes tipologias em estudo como a nível nacional. Ainda assim, é de assinalar na generalidade das tipologias uma diminuição progressiva da taxa de pobreza registada, o que se comprova também pela análise da Tabela AX em Anexo.

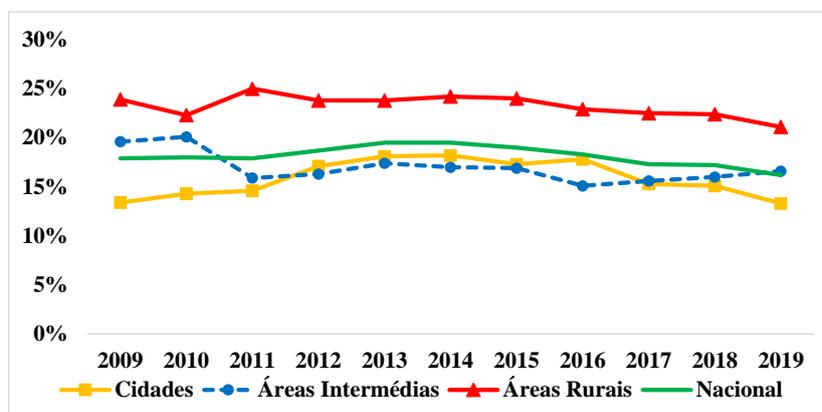


Figura 7: Portugal, Taxa de Pobreza por tipologia territorial (2009-2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_li43]. Acedido em 05/08/2022

Em 2019, à semelhança dos restantes anos em análise, o valor mais elevado de taxa de pobreza foi registado nas áreas rurais, em que cerca de 21% da população vivia em situação de pobreza, comparativamente aos 13% registados nas áreas urbanas (Tabela AX Anexo).

Ao comparar a taxa de pobreza nacional com os valores registados nas tipologias territoriais em estudo, é possível verificar que nas áreas rurais a população está historicamente mais exposta ao risco de pobreza (Tabela AX em Anexo). A Figura A19 em Anexo, reforça ainda mais este facto, uma vez que durante todo o período em estudo, a taxa de pobreza nas áreas rurais foi superior à registada a nível nacional, contrariamente

ao que se verificou nas restantes tipologias em estudo, principalmente nas cidades, em que a taxa de pobreza foi inferior à registada a nível nacional para todo os anos em análise.

Adicionalmente, é de assinalar que durante o período da crise económica (2010-2013) vivida no país, foi nas cidades que população mais sofreu, tal como se comprova pelo agravamento da taxa de pobreza, principalmente durante o período entre 2011 e 2014 (Figura 7 e Tabela AX em Anexo).

O indicador de risco de pobreza ou exclusão social, é calculado pelo Eurostat considerando a pobreza monetária, a partir do rendimento das famílias, conjuntamente com a privação material e a intensidade laboral. Na Tabela AX em Anexo, é apresentada a evolução deste indicador, onde se observa à semelhança dos restantes indicadores em estudo uma discrepância entre as tipologias territoriais consideradas, principalmente no que diz respeito às áreas rurais em que se registam valores mais elevados de população a viver em risco de pobreza ou exclusão social.

Como referido por Peralta, Carvalho & Esteves (2021), um retrato da pobreza não pode apenas considerar o rendimento. Assim, em seguida vai ser analisada a privação material e a intensidade laboral, por forma a complementar a análise.

Neste estudo, vai ser considerada a privação material severa (Europa 2020), e por forma a completar a análise vai ser tida em conta a privação material e social<sup>4</sup> (Europa 2030).

Em 2019, foi nas áreas rurais que se registou uma maior percentagem de população a sofrer tanto de privação material severa como privação material e social (Figura 8 e Figura A20 em Anexo).

A análise da Figura 8 revela um comportamento curioso, uma vez que apesar da tendência verificada em 2019, importa reforçar que historicamente em Portugal, tem sido nas cidades onde se registam valores mais elevados de privação. Adicionalmente, foi nas áreas urbanas/cidades que os efeitos da crise económica (2010-2013) mais se fizeram sentir, com um grande aumento da taxa de privação material severa, principalmente

---

<sup>4</sup> Este conceito apresentado ao detalhe na Tabela AII em Anexo, foi introduzido recentemente pela UE (2019), e veio substituir o indicador utilizado até à data designado por “Priveção Material”, tendo sido introduzido no EU-SILC de 2021 (INE, 2021b). Apesar disto, o Eurostat apresenta dados para o indicador deste 2013, que vão ser utilizados para completar a análise e apresentados em Anexo- Figura A20.

durante o período de 2011 a 2015, ano em que a partir do qual a situação começou a melhorar. Tal como é referido ao longo da literatura, no que diz respeito à privação material, em alturas de crise económica é nas cidades que a população mais é afetada.

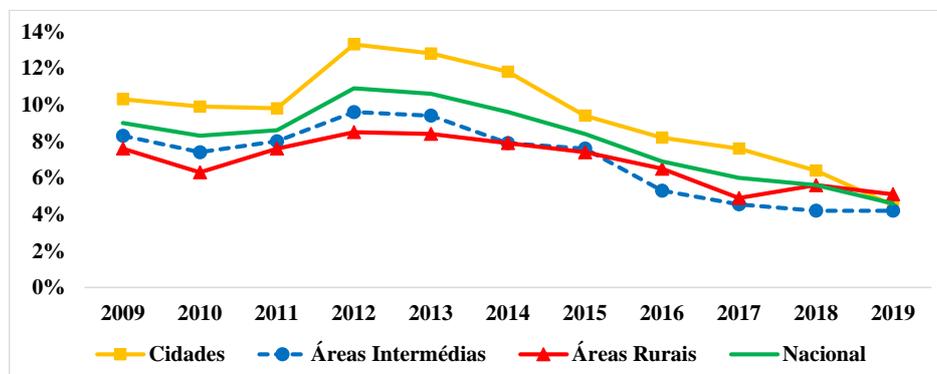


Figura 8: Portugal, População em privação material severa por tipologia territorial (2009-2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_mddd23]. Acedido em 10/08/2022

Ao completar a análise da privação material com o indicador de privação material e social, para o qual o Eurostat apresenta dados desde 2013 (Figura A20 em Anexo), verifica-se que ao longo do período em estudo, tanto a privação material e social como a privação material severa diminuíram progressivamente, principalmente nas áreas urbanas em que se verificou uma melhoria significativa. No entanto, é de reforçar, que a partir de 2017, no que diz respeito a estes indicadores se verificou um aumento nas áreas rurais, tendo sido neste período de 2017 a 2019 que as áreas rurais registaram valores mais elevados que os registados nas áreas urbanas, sendo este um fator interessante a considerar em estudos futuros.

Assim, em 2019 é possível afirmar que a população mais pobre que residia nas áreas rurais acabou por ter menos capacidade de aceder a alguns bens considerados essenciais (Tabela AII em Anexo).

A intensidade laboral é um importante indicador a considerar uma vez que, para além do rendimento, existem outras condições que podem potenciar a exposição de uma família à situação de pobreza e exclusão social, sendo o grau de participação no mercado de trabalho um desses fatores.

A análise da Figura 9, permite verificar que, em 2019, a proporção de população com idade inferior a 60 anos que vivia em agregados familiares com intensidade laboral *per capita* muito baixa, foi mais elevada nas áreas rurais e intermédias, cuja valor registado foi semelhante, em que cerca de 5,6% da população vivia nesta situação, contrastando com os 4,5% registados nas cidades. No entanto, é de reforçar que a tendência verificada em 2019 não foi regra durante a década em estudo.

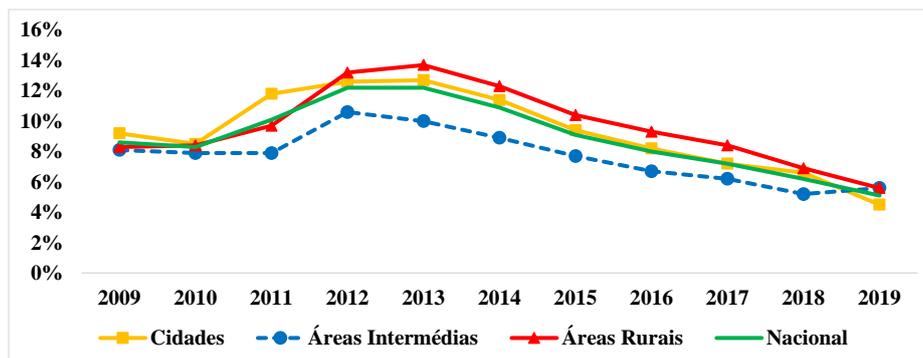


Figura 9: Portugal, Percentagem de indivíduos a viver em agregados com intensidade Laboral *per capita* muito baixa por tipologia territorial (indivíduos com menos de 60 anos) – (2009-2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_lvh123]. Acedido em 10/08/2022

É perceptível pela análise da Figura 9 que, este é um indicador que não tem verificado um comportamento uniforme, sendo necessário analisar o mesmo por fases.

Em 2009, era nas áreas urbanas/cidades que se verificava uma situação mais preocupante. Com a crise económica de 2010-2013, em todas as tipologias em estudo houve um agravamento da situação, principalmente nas cidades. A partir de 2013, verificou-se uma melhoria comparativamente ao período da crise para todas as tipologias em estudo, sendo que a partir desse momento, à semelhança da maioria dos indicadores considerados no estudo, foi nas áreas rurais que a população teve uma menor participação no mercado formal de trabalho. Este é um fator preocupante, e que pode ser provocado por fatores como o envelhecimento da população, mercado de trabalho fraco ou até devido aos níveis de educação da população, tal como assinalado por Bernard (2019).

À semelhança do que se verificou com os indicadores de privação material, também durante o período da crise económica a percentagem de famílias a viver neste tipo de

condições sofreu um aumento em todas as tipologias em estudo, mas principalmente nas cidades.

Depois de analisados os indicadores que permitem ter uma noção da situação vivida em termos de distribuição do rendimento, pobreza e exclusão social, importa agora incluir nesta análise os dados relativos à idade e educação para as tipologias em estudo, por forma a verificar se tal como referido na literatura, também para Portugal estes fatores podem estar associados às assimetrias assinaladas ao longo de todo o capítulo.

A análise do nível de educação da população é um fator chave, quando se estuda este tipo de fenómenos, dada a relação direta que existe entre esta dimensão e o rendimento. Tal como mencionado por Peralta, Carvalho & Esteves (2022), a educação influencia de forma direta as condições laborais e a capacidade de gerar rendimento de um indivíduo.

A Figura 10, apresenta a percentagem de população portuguesa com ensino superior, de acordo com o ISCED<sup>5</sup> (5-8), onde se considera desde a licenciatura até ao grau de doutorado, não excluindo a educação profissional avançada.

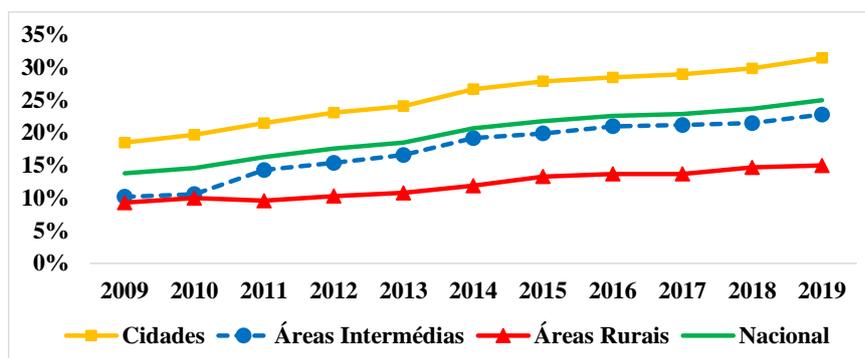


Figura 10: Portugal, Percentagem de População dos 18 aos 64 anos com ensino superior por tipologia territorial (ISCED 5-8) – (2009-2019)

Fonte: Eurostat Database [edat\_ifs\_9913]. Acedido em 25/08/2022

A análise preliminar da figura revela que, no período entre 2009-2019 a percentagem de população com ensino superior aumentou na generalidade das tipologias em estudo,

<sup>5</sup> *International standard classification of education* (ISCED) ou Classificação Internacional Normalizada da Educação, foi concebida com o objetivo de servir de quadro de referência para classificar as atividades educativas por níveis, que resultam de categorias definidas internacionalmente. Assim, é possível fazer uma comparação das estatísticas relativas à educação dos diversos países. Eurostat: [https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/edat1\\_esms.htm](https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/edat1_esms.htm)

tendo sido nas cidades que essa percentagem mais aumentou, de 19% em 2009, para 32% em 2019, com as áreas rurais para todos os anos em estudo bastante abaixo das restantes tipologias. Adicionalmente, apenas nas cidades os valores registados para este grau de ensino superaram os valores registados a nível nacional.

É de reforçar, que é nas áreas rurais que existe menos população com ensino superior, sendo preocupante o facto de que em 2019, apenas 15% da população tinha como grau académico o ensino superior, sendo esse valor menor que o registado para as cidades em 2009. Esta análise demonstra que em 10 anos, as melhorias verificadas nas áreas rurais não foram suficientes para colocar estes indivíduos no mesmo patamar de educação observado nas cidades em 2009, o que é revelador de uma situação bastante preocupante nesta tipologia territorial.

Para completar a análise da educação, a Figura 11, apresenta a percentagem de população com grau de educação até ao ensino básico (ISCED 0-2), que permite denotar que para todos os anos em análise, é nas áreas rurais que existe mais população apenas com este grau de educação. Ao longo da década em análise, a diminuição que se observa no gráfico é indicativa de que o grau de educação da população nas tipologias em estudo sofreu um aumento, no entanto foi nas áreas rurais que se verificou o aumento menos significativo. Este é um facto reforçado pelos números, uma vez que em 2019, 34% da população das cidades tinha apenas o ensino básico, comparativamente aos 54% registados nas áreas rurais, em que cerca de metade da população residente tinha apenas esse grau de ensino.

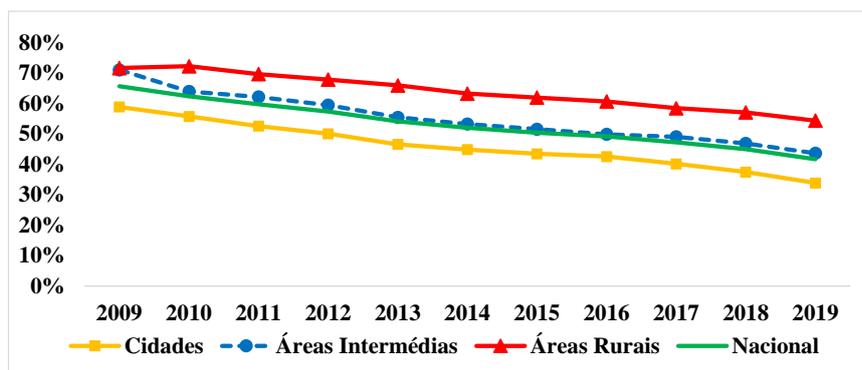


Figura 11: Portugal, Percentagem de População dos 18 aos 64 anos com ensino básico por tipologia territorial (ISCED 0-2) – (2009-2019)

Fonte: Eurostat Database [edat\_ifs\_9913]. Acedido em 25/08/2022

A população que reside nas cidades é mais escolarizada, sendo a participação destes indivíduos no ensino superior bastante mais elevada, comparativamente ao que se regista nas restantes tipologias em estudo, principalmente no que diz respeito às áreas rurais, em que a situação é bastante preocupante, uma vez que a população é bastante menos qualificada, o que é fator de desvantagem perante o mercado de trabalho.

Um outro fator importante, e bastante assinalado ao longo de toda a literatura é a caracterização da estrutura etária da população, principalmente no que diz respeito à população ativa e idosa, sendo este um importante fator para complemento desta análise.

A Tabela I, permite analisar a proporção de população ativa (15 aos 64 anos), e a proporção de população idosa, tendo em conta as tipologias territoriais em estudo.

Tabela I: Portugal, Proporção de população ativa (15-64 anos) e idosa (+65 anos) por tipologia territorial (2009 e 2019)

	População Total		População Ativa (15-64 anos)		População Idosa (+65 anos)		Proporção de Pop. Ativa (15-64 anos)		Proporção de Pop. Idosa (+65 anos)	
	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019	2009	2019
Cidades	4715772	4591975	2301300	2222700	783600	1028700	49%	48%	17%	22%
Áreas Intermédias	3320072	3068181	1755300	1595800	573800	646100	53%	52%	17%	21%
Áreas Rurais	2537635	2635753	1109400	1086000	596400	624800	44%	41%	24%	24%

Fonte: Eurostat Database [lfsa\_pgauws], [ilc\_lvho01], [demo\_pjan], dados trabalhados pela autora. Acedidos em 25/08/2022

A análise da população ativa, permite verificar que nos dois anos em análise, para todas as tipologias em estudo houve uma diminuição, ainda que pouco significativa, da proporção de população ativa (1 p.p.- cidades e áreas intermédias e 3 p.p.- áreas rurais). Adicionalmente, tanto em 2009 como em 2019, é nas áreas intermédias que a proporção de população ativa sobre a população total é mais elevada (53% e 52%, respetivamente). Nas áreas rurais, foi onde se registou o valor mais baixo para ambos os anos em consideração, tendo sido esta a tipologia onde a diminuição de população ativa foi mais elevada, apesar disto, é de reforçar que a discrepância entre a tipologia rural/urbana acaba por não ser tão elevada como seria de esperar.

A análise dos dados relativos à proporção de população idosa torna claro que, nas áreas rurais reside uma maior percentagem de população idosa. De 2009 para 2019, observa-se um aumento da população idosa em todas as tipologias territoriais, sendo que

atualmente os valores registados tanto nas cidades como nas áreas intermédias estão próximos dos registados nas áreas rurais, o que denota a tendência de envelhecimento da população no território português.

Os dados apresentados relativos à idade da população revelam que, nas áreas rurais a proporção de população ativa é menor, e adicionalmente, a população é mais envelhecida, uma vez que a proporção de indivíduos com idades superiores a 65 anos nesta tipologia é mais elevada comparativamente ao que se verifica nas restantes tipologias em estudo.

### **4.3. Análise dos Resultados**

A análise de todos estes indicadores, torna possível fazer uma breve caracterização daquilo que tem sido a situação vivida no país nos últimos 10 anos, e apresentar uma caracterização da atualidade.

Portugal tem vindo progressivamente a perder população, sendo que no período de 2009 a 2019, a forma como a mesma estava distribuída pelo território sofreu uma total estagnação. Em 2019, a grande maioria da população continuava a residir maioritariamente nas áreas urbanas/cidades, à semelhança do que se verificava no ano de 2009, sendo que as áreas rurais continuam a ser a tipologia territorial onde reside uma menor percentagem da população total.

A análise dos indicadores relativos ao rendimento, pobreza e exclusão social, revela uma situação de desvantagem e maior exposição a situações que colocam a população que reside nas áreas rurais numa situação mais vulnerável, comparativamente ao que se observa nas cidades e áreas intermédias.

Nas áreas rurais a população vive com um rendimento bastante menor, principalmente quando se compara com valores registados nas áreas urbanas. A taxa pobreza e exclusão social é mais elevada, e uma maior percentagem de população vive em agregados cuja intensidade laboral é muito baixa. Apenas no que diz respeito à privação material, as áreas rurais são ultrapassadas pelas cidades, dadas as diferenças existentes nos padrões de consumo e também tendo em conta as diferenças na forma como a população se organiza nas áreas rurais (economia de subsistência).

Nas áreas rurais, os níveis de educação são claramente mais baixos comparativamente ao que se regista nas restantes tipologias em estudo, em que a população é bastante mais escolarizada, sendo que uma grande parte dos indivíduos continua a ter apenas o ensino básico. Durante o período em análise, tal como se observa para a maioria dos restantes indicadores considerados ao longo do estudo, verificou-se um aumento para todas as tipologias do nível de educação dos indivíduos, no entanto, esse aumento não foi suficiente para aproximar o grau de educação da população das áreas rurais com o registado nas restantes tipologias. O fosso existente entre a tipologia rural/urbana no que diz respeito à educação é ainda muito grande, sendo que na década em estudo a situação quase não se alterou, o que é revelador de uma realidade bastante preocupante e da situação de maior fragilidade dos indivíduos que residem nesta tipologia territorial.

A análise da estrutura etária da população revela novamente a situação de maior vulnerabilidade vivida nas áreas rurais, onde a proporção de população ativa é menor, ou seja, existem menos indivíduos a contribuir ativamente para o mercado de trabalho, sendo também a proporção de população idosa mais elevada nesta tipologia territorial, comparativamente às restantes em estudo. Importa também reforçar, o facto de em todas as tipologias em estudo, a população ativa ter diminuído (ainda que de forma pouco expressiva), e a proporção de população idosa ter aumentado, exceto nas áreas rurais em que o valor se manteve.

A década em análise revela uma situação bastante preocupante para Portugal, uma vez que a estagnação verificada é gritante. Em 2019, a população que residia nas áreas rurais continuava a viver na mesma situação de desvantagem que vivia em 2009. As melhorias verificadas ao longo do capítulo, não foram significativas para levar a alterações na situação vivida nas áreas rurais, nem para combater as grandes disparidades que existem entre a situação a que os indivíduos são expostos tendo em conta o local onde residem.

## 5. CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo foi possível encontrar resposta à questão: “o grau de urbanização do local onde o indivíduo reside, influencia a forma como o mesmo é exposto à situação pobreza e exclusão social?”. Para tal, foi realizada uma análise à situação vivida pela população no território da União Europeia e Portugal, durante o período de 2009 a 2019, tendo em conta indicadores relativos ao rendimento, pobreza e exclusão social, através dos dados recolhidos no Eurostat, que têm em consideração a variável “grau de urbanização”.

Numa primeira fase, foi analisada a situação vivida no território da UE, por forma a apresentar um panorama geral da situação no que diz respeito aos fenómenos em estudo, com o objetivo de verificar se o tema em consideração apresenta relevância no território da UE.

Na generalidade dos países da UE, a população está atualmente distribuída de forma mais igualitária pelas tipologias em estudo, comparativamente ao que se verificava em 2009, no entanto, as áreas rurais continuam a ser a tipologia territorial com menos população, estando a população mais concentrada nas cidades. Adicionalmente, verificou-se um aumento generalizado do rendimento auferido, e uma diminuição dos níveis de pobreza e exclusão social nas áreas rurais, apesar disto, esta melhoria não foi suficiente para alterar a situação, uma vez que continuam a verificar-se grandes assimetrias entre as condições a que os indivíduos estão expostos, tendo em conta a tipologia rural/urbana.

Os indivíduos que residem em áreas rurais no território da UE, continuam a viver com menor rendimento e a estar mais expostos à situação de pobreza e exclusão social, quando comparado com as restantes tipologias em estudo, sendo de assinalar que apenas no que diz respeito à privação material a situação nas cidades é mais preocupante que nas áreas rurais.

As conclusões acima apresentadas vão de encontro ao referido ao longo de toda a literatura sobre o tema, uma vez que demonstram que a tipologia rural/urbana é um fator de diferenciação da situação a que o indivíduo é exposto. Assim, é da maior relevância avaliar de uma forma mais aprofundada a situação portuguesa, por forma a identificar se tal como na UE, também em Portugal o tema tem relevância.

A análise efetuada para Portugal, teve em conta um maior número de indicadores e fenómenos, para a década entre 2009 e 2019.

No período em estudo, a população sofreu um ligeiro decréscimo, sendo referido num relatório do INE (2020b), que a população portuguesa poderá em 2042 estar abaixo dos 10 milhões de habitantes, o que demonstra o declínio demográfico em que o país se encontra. A análise da distribuição da população pelo território, releva uma preocupante estagnação, sendo os valores de 2019 muito idênticos aos registados em 2009, a população continua maioritariamente fixada nas cidades, sendo as áreas rurais onde reside a menor percentagem de população, assim, o sistemático despovoamento destes territórios é um fator preocupante.

No que diz respeito ao rendimento, pobreza e exclusão social, verifica-se à semelhança da UE, uma melhoria geral da situação. Para todas as tipologias em estudo, verificou-se um aumento do rendimento por adulto equivalente, e uma diminuição da percentagem de população na situação de pobreza e exclusão social. Apesar desta melhoria generalizada, é de reforçar que nas áreas rurais a população continua a viver com menos rendimento, principalmente ao comparar com os valores registados nas cidades. No que diz respeito à taxa de pobreza e exclusão social, nas áreas rurais esta foi sempre superior à registada nas restantes tipologias territoriais, o que comprova que as ligeiras melhorias registadas não foram suficientes para colmatar as assimetrias existentes, principalmente entre a tipologia rural/urbana.

Ao nível da privação material e da intensidade laboral verificam-se tendências distintas.

A privação material em Portugal, apesar da sua diminuição ao longo de período em análise em todas as tipologias territoriais, contrasta com o verificado no conjunto da UE na medida em que em 2019 os valores mais elevados de privação material severa são registados nas áreas rurais. Um outro aspeto a salientar é o de que em períodos de crise, como o verificado em 2010-2013, o agravamento da privação material é mais acentuado nas grandes cidades do que nas áreas tipicamente rurais. Já no que concerne à intensidade laboral, não é possível afirmar a existência de uma tendência clara, uma vez que o indicador apresenta um comportamento bastante semelhante para as três tipologias em estudo.

Por fim, e por forma a completar a análise foram analisados dados relativos à educação e idade.

A análise dos dados relativos à educação, revela uma situação preocupante para as áreas rurais, em que a população é notoriamente menos escolarizada, comparativamente aos valores registados nas cidades. Desta forma, é possível afirmar que o grau de educação poderá ser uma das causas que motiva a situação de menor rendimento auferido nas áreas rurais, uma vez que os indivíduos, dada a sua baixa escolarização têm acesso a trabalhos menos qualificados e que por esse motivo com menores remunerações, o que os coloca numa situação de maior vulnerabilidade.

Também em termos etários as áreas rurais estão em desvantagem, uma vez que é nesta tipologia territorial que reside menos população ativa, e que em sentido contrário existe maior proporção de população idosa, ou seja, nestas áreas reside menos população que pode contribuir ativamente para o mercado de trabalho. Ainda assim, é de reforçar que para todas as tipologias em estudo, de 2009 para 2019, se verificou uma diminuição da população ativa, e um aumento da proporção de população idosa, facto que reforça novamente a situação de declínio demográfico vivida em Portugal.

A partir da análise de todos estes indicadores, torna-se possível responder à questão colocada no início deste Trabalho Final de Mestrado: “em Portugal o contexto territorial faz diferença na situação de pobreza e exclusão social a que o indivíduo é exposto?“, de um modo geral, a resposta a esta questão é um claro sim.

A estagnação da situação verificada nas áreas rurais levanta preocupação, uma vez que nos 10 anos em análise a situação pouco ou nada se alterou, parecendo existir um país a “duas velocidades”. É da maior importância, a aplicação de políticas públicas fortes e concertadas, que tenham em conta a população que reside nestas áreas, e que tem ao longo dos últimos anos vivido numa situação de clara desvantagem.

Como nota final, é de reforçar que dada a situação pandémica vivida entre 2020-2022, e a atual situação económica pela qual a Europa está a passar dado o conflito armado na Ucrânia, seria de todo o interesse avaliar os efeitos ao nível do território destes fenómenos em estudos futuros.

**REFERÊNCIAS**

- Atkinson, A. B. (1970). On the Measurement of Inequality. *Journal of Economic Theory*, 2, 244–263.
- Atkinson, R., & Davoudi, S. (2000). The concept of social exclusion in the European union: Context, development and possibilities. *Journal of Common Market Studies*, 38(3), 427–448. <https://doi.org/10.1111/1468-5965.00229>
- Augère-Granier, M.-L. (2017). Rural poverty in the European Union. In *European Parliamentary Research Service*. Retrieved from [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2017/599333/EPRS\\_BRI\(2017\)599333\\_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2017/599333/EPRS_BRI(2017)599333_EN.pdf)
- Azevedo, A. B. (2020). *Como vivem os portugueses- população e famílias, alojamentos e habitação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Bernard, J. (2019). Where Have All the Rural Poor Gone? Explaining the Rural–Urban Poverty Gap in European Countries. *Sociologia Ruralis*, 59(3), 369–392. <https://doi.org/10.1111/soru.12235>
- Bertolini, P. (2019). Overview of Income and Non-Income Rural Poverty in Developed Countries. In *Expert Group Meeting on Eradicating Rural Poverty to Implement the 2030 Agenda for Sustainable Development - United Nations Economic Commission for Africa*. Retrieved from <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2019/03/bertolini-Overview-rural-poverty-developed-countries-1.pdf>
- Eurostat (2022). Educational attainment level and transition from education to work (based on EU-LFS): [https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/edat1\\_esms.htm](https://ec.europa.eu/eurostat/cache/metadata/en/edat1_esms.htm). Consultado dia 10/09/2022.
- Góis, E. (2016). The way to NUTS 2 regional estimates in the Portuguese - EU-SILC survey. *Standing Committee on Regional and Urban Statistics*. Lisboa: Lisbon Conference.

- INE. (2010). *Sobre a Pobreza, As Desigualdades E a Privação Material Em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. (2015). *Nuts 2013 - As novas unidades territoriais para fins estatísticos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from <https://www.ine.pt/xurl/pub/230205992>
- INE. (2020a). *Estatísticas Demográficas 2019*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=71882686&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=71882686&PUBLICACOESmodo=2)
- INE. (2020b). *Anuário Estatístico de Portugal - 2019*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=444301590&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=444301590&PUBLICACOESmodo=2)
- INE. (2021a). *Rendimento e Condições de Vida 2020*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaquas&DESTAQUESdest\\_boui=415625695&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=415625695&DESTAQUESmodo=2)
- INE. (2021b). *Rendimento e Condições de Vida 2021*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Retrieved from [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaquas&DESTAQUESdest\\_boui=473574196&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=473574196&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt)
- Jenkins, S. P., & Micklewright, J. (2007). New directions in the analysis of inequality and poverty. In *ISER: Institute for Social e Economic Research*. Colchester.
- Kakwani, N. (1997). Inequality, Welfare and Poverty: Three Interrelated Phenomena. In *School of Economics Discussion Paper n°97/18*. <https://doi.org/10.1007/978-94-011-4413-1>
- Mauritti, R., Nunes, N., Alves, J., & Diogo, F. (2019). Desigualdades Sociais E Desenvolvimento Em Portugal: Um Olhar À Escala Regional E Aos Territórios De Baixa Densidade. *Sociologia on Line*, (19), 102–126. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2019.19.5>

- Mauritti, R., Craveiro, D., Cabrita, L., Botelho, M. do C., & Franco da Silva, S. (2022). *Territórios de bem-estar: Assimetrias nos municípios portugueses*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Peralta, S., Carvalho, B., & Esteves, M. (2021). Portugal, Balanço Social 2020. *Nova School of Business and Economics*. <https://doi.org/https://doi.org/10.34619/LLCR-OTR2>
- Peralta, S., Carvalho, B. P., & Esteves, M. (2022). Portugal, Balanço Social 2021. *Nova School of Business and Economics*. <https://doi.org/https://doi.org/10.34619/g5ko-pz3e>
- Pereira, E. S. (2019). Um olhar sobre a diferenciação territorial da pobreza em Portugal à luz da abordagem das capacidades de Amartya Sen. *Sociologia On Line*, 51–80. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2019.19.3>
- Piketty, T. (2014). Capital in the Twenty- First Century. In *The Belknap Press of Harvard Universitu Press*. England.
- Rodrigues, C. F. (2007). *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza - Portugal nos anos 90*. Lisboa: Almedina.
- Rodrigues, C. F (2017). *Desigualdade pobreza e desenvolvimento*. Disponível em: Areia dos dias: [http://areiadosdias.blogspot.pt/p/blog-page\\_78.html](http://areiadosdias.blogspot.pt/p/blog-page_78.html). Consultado dia 12/07/2022
- Rodrigues, C. F. (2019). Inequality and Poverty in Portugal: Does Location Matter? *Sociologia on Line*, 19, 15–32. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2019.19.1>
- Sen, A. (1973) *On Economic Inequality*, 1<sup>st</sup> ed. Oxford, Claredon Pres
- Sen, A. (1992). From Income Inequality to Economic Inequality. *Southern Economic Journal*, 64(2), 383–401. <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/j.2325-8012.1997.tb00063.x>
- Stiglitz, E. J. (2012). *The Price of Inequality- How today´s divided society endangers our future*. New York: W. W Norton & Company.

## ANEXOS

Tabela AII: Glossário de Indicadores

<b>Indicador</b>	
<b>Rendimento Disponível por Adulto Equivalente</b>	O rendimento disponível por adulto equivalente, é obtido através da divisão de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”. Em primeiro lugar, importa referir, que o rendimento monetário disponível tem em conta os rendimentos obtidos pelo trabalho, outros rendimentos privados, pensões e transferências sociais. Assim, depois de ter o rendimento monetário disponível, é utilizada a escalada de equivalência modificada da OCDE, conforme prática convencionada pelo Eurostat, a qual atribui um peso de 1 ao primeiro adulto do agregado 0,5 aos restantes adultos e 0.3 a cada criança (para este efeito são considerados adultos com idade superior ou igual a 14 anos).
<b>Taxa de Risco de Pobreza</b>	Proporção da população com rendimentos inferiores a 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.
<b>População em risco de pobreza ou exclusão social (Europa 2020)</b>	Este indicador inclui os indivíduos que se encontram em risco de pobreza (rendimento abaixo do limiar oficial de pobreza), em privação material severa ou que residam em agregados familiares com intensidade laboral <i>per capita</i> muito baixa.
<b>Privação material</b>	Este indicador representa a proporção da população que não tem capacidade de satisfazer pelo menos 3 das 9 necessidades apresentadas:  <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Sem capacidade de fazer face a compromissos financeiros inesperados;</li> <li>2. Sem capacidade de suportar uma semana de férias por ano fora de casa;</li> <li>3. Sem capacidade de fazer face a despesas relativas à habitação, como renda, hipoteca, ou despesas correntes;</li> <li>4. Sem capacidade de ter uma refeição de carne ou peixe a cada dois dias;</li> <li>5. Sem capacidade de manter a casa adequadamente aquecida;</li> <li>6. Possuir máquina de lavar roupa;</li> <li>7. Possuir televisão a cores;</li> <li>8. Possuir telefone;</li> <li>9. Possuir automóvel próprio.</li> </ol>
<b>Privação material severa</b>	Este indicador representa a proporção da população que não consegue fazer face a pelos menos 4 das 9 necessidades apresentadas acima (Privação material).

<p><b>Privação material e social (Europa 2030)</b></p>	<p>Este indicador foi introduzido pela UE em 2019, e considera a proporção da população que verifica cinco das treze seguintes dificuldades, que se dividem em dificuldades aos nível familiar e dificuldades ao nível dos indivíduos com 16 ou mais anos.</p> <p>Dificuldades ao nível familiar (todos os membros do agregado, independentemente da idade): <b>1.</b> Sem capacidade de assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza; <b>2.</b> Sem capacidade para pagar uma semana de férias fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para cada membro do agregado; <b>3.</b> Atraso no pagamento regular de despesas como rendas, prestações de crédito ou despesas correntes relacionadas com a habitação, devido a dificuldades financeiras; <b>4.</b> Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias; <b>5.</b> Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; <b>6.</b> Sem disponibilidade de automóvel, devido a dificuldades económicas; <b>7.</b> Sem possibilidade de substituição de mobiliário usado;</p> <p>Dificuldades ao nível dos indivíduos com 16 anos ou mais: <b>8.</b> Sem possibilidade de substituição de roupa usada por alguma nova (excluindo peças em segunda mão); <b>9.</b> Sem possibilidade de ter dois pares de sapatos de tamanho adequado; <b>10.</b> Sem possibilidade para gastar semanalmente uma pequena quantia consigo próprio; <b>11.</b> Sem possibilidade de participação regular numa atividade de lazer; <b>12.</b> Sem possibilidade de encontro com amigos/familiares para uma bebida/refeição pelos menos uma vez por mês; <b>13.</b> Sem possibilidade para ter acesso a internet para uso pessoal em casa.</p>
<p><b>Intensidade laboral <i>per capita</i> muito baixa (Europa 2020)</b></p>	<p>Os indivíduos com menos de 60 anos, consideram-se em situação de intensidade laboral <i>per capita</i> muito baixa quando, no período de referência do rendimento, vivem em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos, trabalham em média menos de 20% do tempo de trabalho possível (excluindo estudantes).</p>

Fonte: (INE, 2021a) e (INE, 2021b)

Tabela AIII: UE-27, População Total (2009 - 2019)

	<b>População</b>	
	<b>2009</b>	<b>2019</b>
<b>Alemanha</b>	81 802 257	83 166 711
<b>Áustria</b>	8 351 643	8 901 064
<b>Bélgica</b>	10 839 905	11 522 440
<b>Bulgária</b>	7 421 766	6 951 482
<b>Chéquia</b>	10 462 088	10 693 939
<b>Chipre</b>	819 140	888 005
<b>Croácia</b>	:	4 058 165
<b>Dinamarca</b>	5 534 738	5 822 763
<b>Eslováquia</b>	5 390 410	5 457 873
<b>Eslovénia</b>	2 046 976	2 095 861
<b>Espanha</b>	46 486 619	47 332 614
<b>Estónia</b>	1 333 290	1 328 976
<b>Finlândia</b>	5 351 427	5 525 292
<b>França</b>	64 658 856	67 320 216
<b>Grécia</b>	11 119 289	10 718 565
<b>Hungria</b>	10 014 324	9 769 526
<b>Irlanda</b>	4 549 428	4 964 440
<b>Itália</b>	59 190 143	59 641 488
<b>Letônia</b>	2 120 504	1 907 675
<b>Lituânia</b>	3 141 976	2 794 090
<b>Luxemburgo</b>	502 066	626 108
<b>Malta</b>	414 027	514 564
<b>Países Baixos</b>	16 574 989	17 407 585
<b>Polónia</b>	38 022 869	37 958 138
<b>Portugal</b>	10 573 479	10 295 909
<b>Roménia</b>	20 294 683	19 328 838
<b>Suécia</b>	9 340 682	10 327 589
<b>Total</b>	436 357 574	447 319 916

Fonte: Eurostat Database [demo\_pjan], Acedido em: 31/07/2022

Tabela AIV: UE-27, Rendimento médio por adulto equivalente por tipologia territorial  
(2019)

	2019			
	Cidades	Áreas Intermediárias	Áreas Rurais	Nacional
Alemanha	29 798	30 104	29 552	25 989
Áustria	28 807	30 189	29 510	26 555
Bélgica	26 175	28 521	27 365	25 672
Bulgária	7 523	5 223	4 184	4 612
Chéquia	13 044	11 339	11 417	10 627
Chipre	21 012	17 635	16 379	16 704
Croácia	9 647	8 659	7 809	7 892
Dinamarca	34 138	35 694	33 353	30 681
Eslováquia	10 062	8 769	8 671	8 703
Eslovénia	16 428	16 008	15 443	14 774
Espanha	19 667	17 644	15 518	16 043
Estónia	14 044	16 011	12 326	12 228
Finlândia	30 873	27 756	26 710	25 490
França	25 895	24 138	24 270	21 726
Grécia	10 899	10 492	8 617	8 781
Hungria	8 375	7 110	6 377	6 478
Irlanda	34 631	29 147	28 116	26 656
Itália	21 500	20 376	18 578	18 067
Letónia	11 338	9 929	9 596	8 827
Lituânia	12 375	8 780	9 217	8 606
Luxemburgo	49 482	41 040	44 197	37 844
Malta	19 057	19 055	:	16 240
Países Baixos	28 600	30 432	29 419	25 801
Polónia	10 330	9 048	7 637	8 022
Portugal	14 055	12 224	10 747	10 800
Roménia	6 507	4 976	3 621	4 267
Suécia	28 078	26 407	24 216	24 700
UE-27	21875	21649	17832	20682

Fonte: Eurostat Database [ilc\_di17] e [ilc\_di0]. Acedido em 31/07/2022

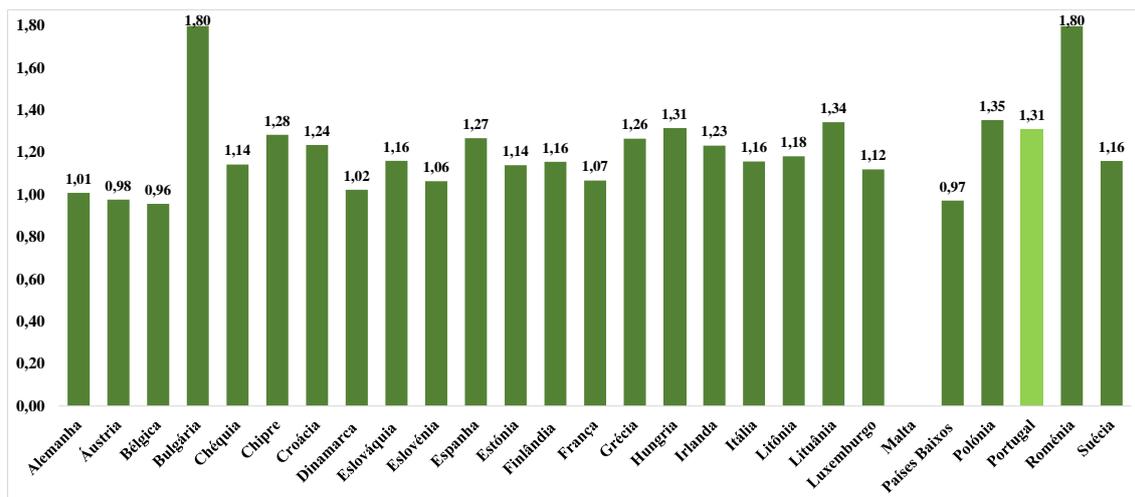


Figura A12: UE-27, Rendimento Médio por Adulto Equivalente: rácio rendimento médio das cidades *versus* zonas rurais (2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_di17], dados trabalhados pela autora. Acedido em 31/07/2022

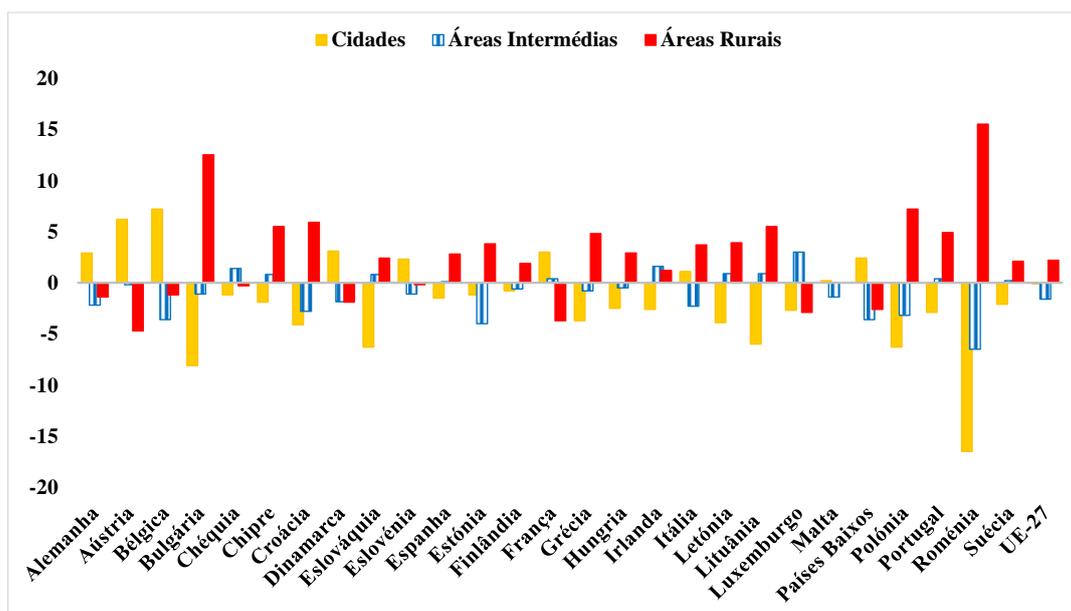


Figura A13: UE-27, Taxa de Pobreza por tipologia territorial: Desvios em pontos percentuais (p.p.) face à taxa de pobreza nacional (2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_li43], dados trabalhados pela autora. Acedido em 16/07/2022

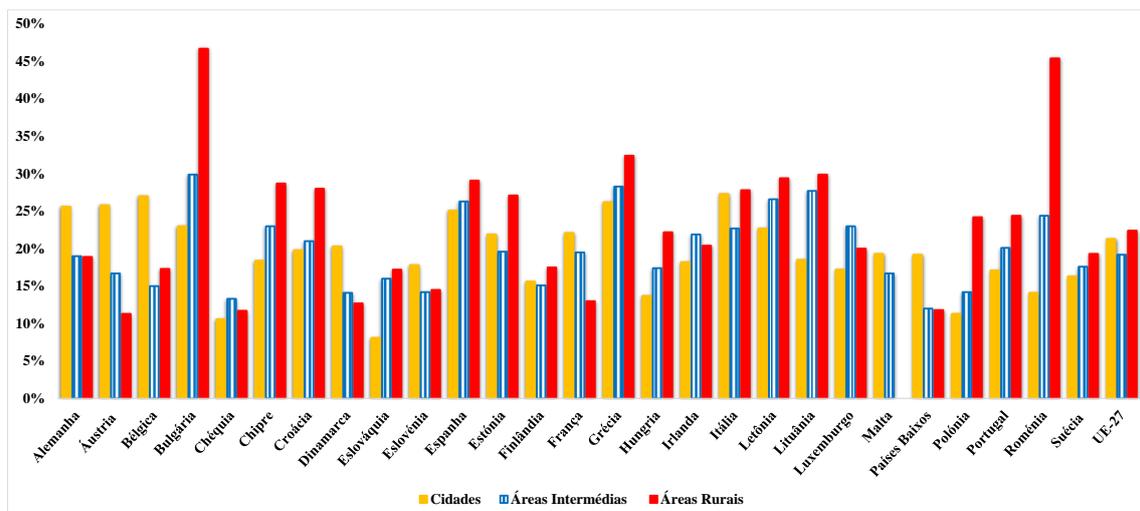


Figura A14: UE-27, População em risco de pobreza ou exclusão social por tipologia territorial (2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_peps13]. Acedido em 08/08/2022

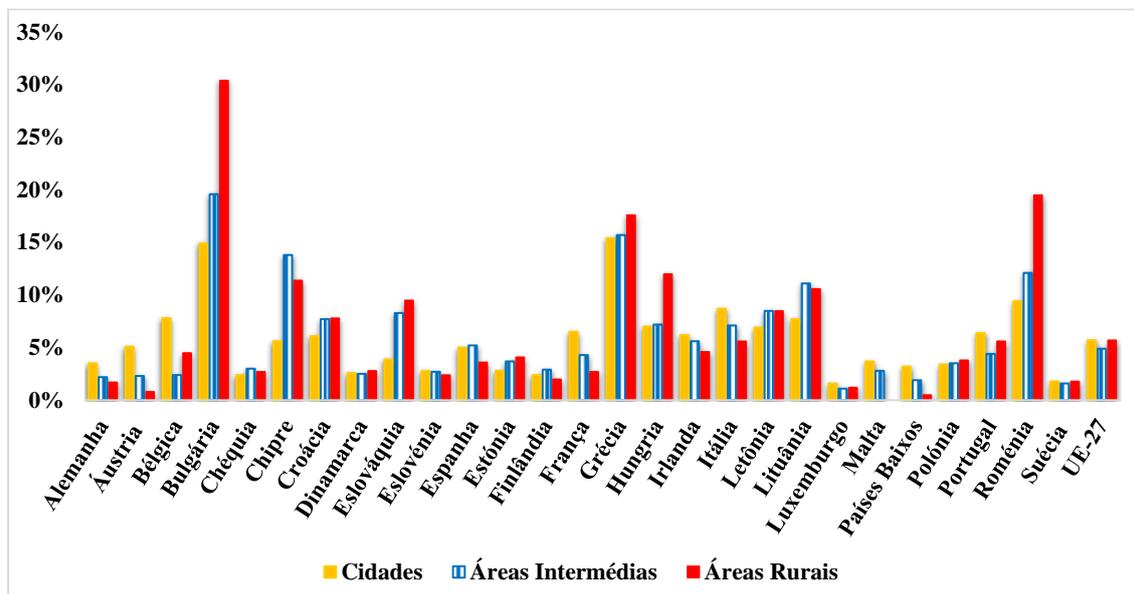


Figura A15: UE-27, Privação material severa por tipologia territorial (2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_mddd23]. Acedido em 20/08/2022

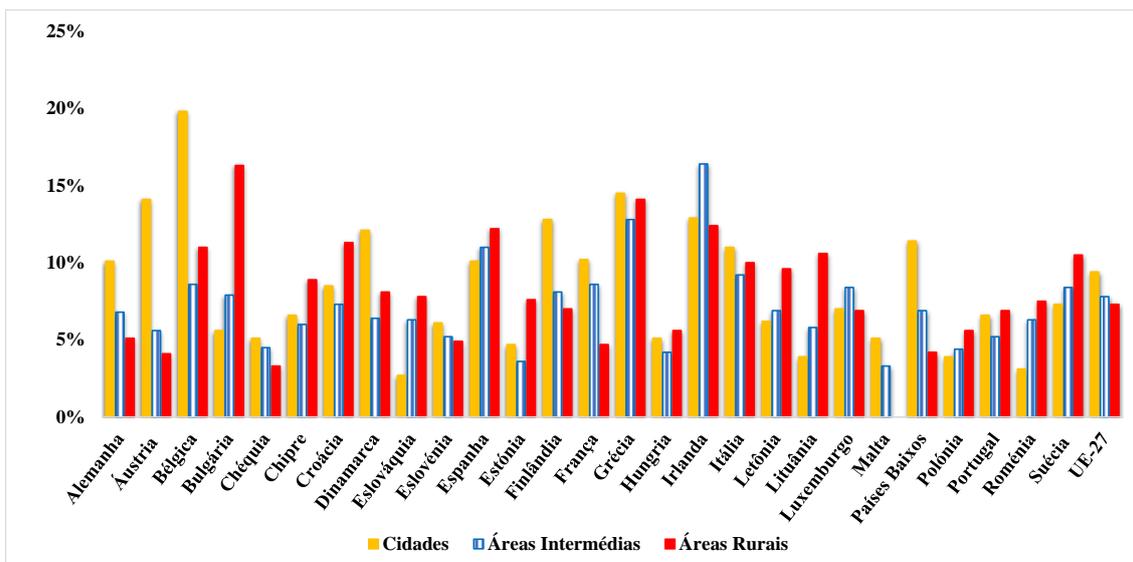


Figura A16: UE-27, Percentagem de indivíduos a viver em agregados com intensidade laboral *per capita* muito baixa por tipologia territorial (indivíduos com menos de 60 anos) - 2019

Fonte: Eurostat Database [ilc\_lvhl23]. Acedido em 20/08/2022

Tabela AV: UE-27, Distribuição da população por tipologia territorial e Variação em pontos percentuais (p.p.) - (2009 - 2019)

	2009			2019			Variação em Pontos Percentuais (2009-2019)		
	Cidades	Áreas Intermediárias	Áreas Rurais	Cidades	Áreas Intermediárias	Áreas Rurais	Cidades	Áreas Intermediárias	Áreas Rurais
Alemanha	50%	35%	15%	36%	41%	23%	-13	6	8
Áustria	36%	25%	39%	31%	31%	39%	-5	5	0
Bélgica	54%	42%	4%	30%	55%	16%	-24	13	11
Bulgária	43%	6%	51%	45%	23%	32%	2	17	-19
Chéquia	35%	24%	41%	30%	33%	37%	-5	10	-4
Chipre	55%	15%	30%	52%	30%	18%	-4	15	-12
Croácia	:	:	:	30%	33%	38%	:	:	:
Dinamarca	34%	41%	25%	38%	30%	33%	4	-12	8
Eslováquia	27%	33%	40%	21%	36%	43%	-6	3	3
Eslovénia	18%	38%	45%	20%	36%	44%	2	-1	0
Espanha	51%	22%	27%	50%	24%	26%	-2	2	0
Estónia	46%	4%	51%	61%	9%	30%	15	5	-20
Finlândia	27%	16%	57%	39%	32%	29%	12	16	-28
França	47%	35%	18%	36%	29%	35%	-11	-7	18
Grécia	41%	12%	47%	37%	31%	32%	-4	19	-15
Hungria	32%	20%	48%	33%	34%	33%	1	14	-15
Irlanda	34%	28%	38%	36%	23%	41%	2	-5	3
Itália	44%	40%	16%	35%	47%	17%	-8	7	1
Letónia	47%	3%	50%	44%	19%	37%	-3	16	-13
Lituânia	42%	0%	58%	43%	2%	55%	1	2	-3
Luxemburgo	46%	32%	22%	20%	43%	37%	-27	12	15
Malta	90%	10%	0%	90%	10%	0%	0	0	0
Países Baixos	63%	35%	2%	56%	34%	10%	-7	-1	8
Polónia	39%	15%	46%	35%	24%	41%	-4	9	-5
Portugal	45%	31%	24%	45%	30%	26%	0	-2	2
Roménia	37%	1%	62%	29%	27%	44%	-8	26	-18
Suécia	22%	16%	62%	40%	40%	20%	19	24	-42
UE- 27	47%	27%	26%	38%	34%	28%	-10	7	2

Fonte: Eurostat Database [ilc\_lvho01], dados trabalhados pela autora. Acedido a 05/08/2022

Tabela AVI: UE-27, Análise do Rendimento Médio por Adulto Equivalente por tipologia territorial (2009-2019)

	2009			2019			Taxa de Variação (2009-2019)	
	Cidades	Áreas Rurais	Rácio Cidades/Rural	Cidades	Áreas Rurais	Rácio Cidades/Rural	Cidades	Áreas Rurais
Alemanha	22 068	18 906	1,17	29 798	29 552	1,01	26%	36%
Áustria	23 971	22 439	1,07	28 807	29 510	0,98	17%	24%
Bélgica	20 973	21 495	0,98	26 175	27 365	0,96	20%	21%
Bulgária	4 354	2 787	1,56	7 523	4 184	1,80	42%	33%
Chéquia	8 816	7 373	1,20	13 044	11 417	1,14	32%	35%
Chipre	20 812	16 466	1,26	21 012	16 379	1,28	1%	-1%
Croácia	7 803	5 718	1,36	9 647	7 809	1,24	19%	27%
Dinamarca	27 715	26 078	1,06	34 138	33 353	1,02	19%	22%
Eslováquia	7 827	6 155	1,27	10 062	8 671	1,16	22%	29%
Eslovénia	13 917	11 898	1,17	16 428	15 443	1,06	15%	23%
Espanha	18 793	14 479	1,30	19 667	15 518	1,27	4%	7%
Estónia	7 439	6 096	1,22	14 044	12 326	1,14	47%	51%
Finlândia	26 896	22 110	1,22	30 873	26 710	1,16	13%	17%
França	23 947	21 785	1,10	25 895	24 270	1,07	8%	10%
Grécia	15 874	11 863	1,34	10 899	8 617	1,26	-46%	-38%
Hungria	5 496	4 056	1,36	8 375	6 377	1,31	34%	36%
Irlanda	27 919	20 952	1,33	34 631	28 116	1,23	19%	25%
Itália	19 376	16 444	1,18	21 500	18 578	1,16	10%	11%
Letónia	6 063	4 887	1,24	11 338	9 596	1,18	47%	49%
Lituânia	6 037	4 211	1,43	12 375	9 217	1,34	51%	54%
Luxemburgo	34 532	34 856	0,99	49 482	44 197	1,12	30%	21%
Malta	11 744	-	-	19 057	-	-	38%	-
Países Baixos	23 021	23 010	1,00	28 600	29 419	0,97	20%	22%
Polónia	6 194	4 287	1,44	10 330	7 637	1,35	40%	44%
Portugal	11 990	9 302	1,29	14 055	10 747	1,31	15%	13%
Roménia	3 161	1 911	1,65	6 507	3 621	1,80	51%	47%
Suécia	21 832	19 006	1,15	28 078	24 216	1,16	22%	22%
UE-27	18407	12698	1,45	21 875	17 832	1,23	16%	29%

Fonte: Eurostat Database [ilc\_di17], dados trabalhados pela autora. Acedido em 05/08/2022

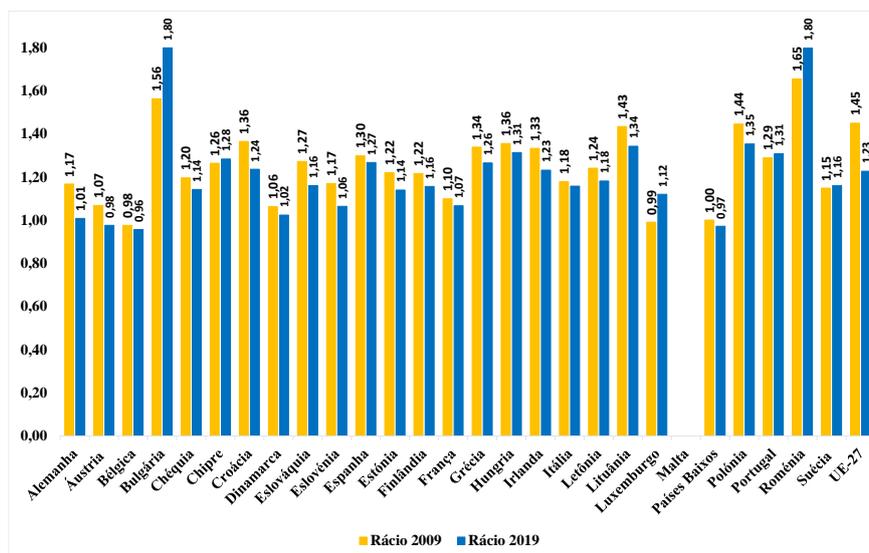


Figura A17: UE-27, Rendimento Médio por Adulto Equivalente: rácio rendimento médio das zonas urbanas *versus* zonas rurais em 2009 e 2019

Fonte: Eurostat Database [ilc\_di17], dados trabalhados pela autora. Acedidos em 05/08/2022

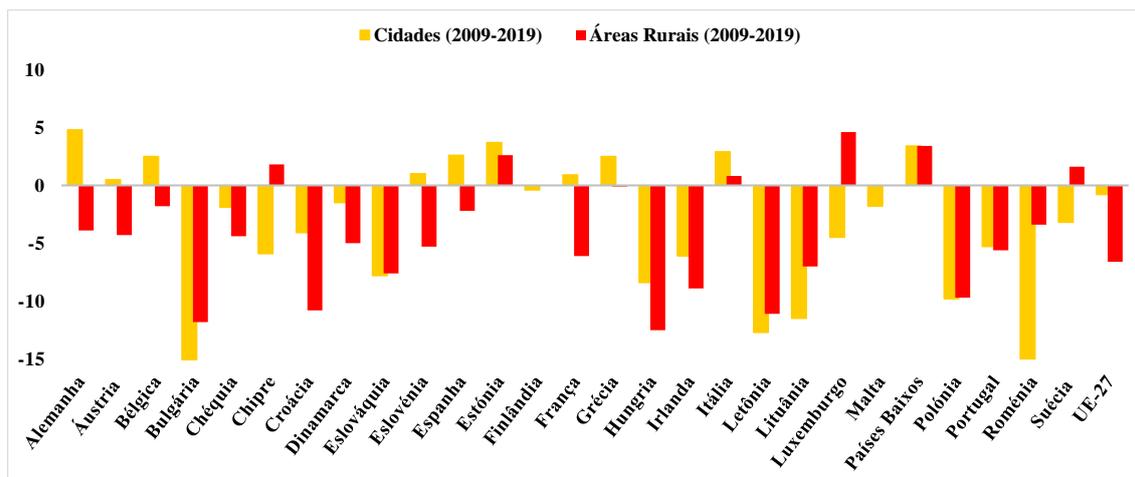


Figura A18: UE-27, Variação em pontos percentuais (p.p.) da Pobreza ou Exclusão Social por tipologia Cidades/ Áreas Rurais (2009-2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_peps13], dados trabalhados pela autora. Acedido em 05/08/2022

Tabela AVII: Portugal, População em risco de pobreza por NUTS II (2017-2020)

	2017	2018	2019	2020
<b>Alentejo</b>	17%	18%	17%	17%
<b>Algarve</b>	19%	19%	18%	22%
<b>Área Metropolitana de Lisboa</b>	12%	13%	11%	13%
<b>Centro</b>	19%	17%	17%	20%
<b>Norte</b>	19%	18%	18%	21%
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	28%	28%	26%	24%
<b>Região Autónoma dos Açores</b>	32%	32%	29%	22%

Fonte: Eurostat Database [tgs00103]. Acedido em 24/09/2022

Tabela AVIII: Portugal, Rendimento disponível por agregado familiar por NUTS II-PPS (2009-2018)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Alentejo	12 100	11 800	11 500	11 700	11 700	12 200	12 600	12 600	13 400	14 000
Algarve	13 200	12 700	13 100	13 300	13 500	13 900	14 800	15 600	16 600	17 700
Área Metropolitana de Lisboa	15 900	15 300	15 000	15 100	14 700	15 000	15 200	15 400	16 100	16 900
Centro	11 700	11 500	11 500	11 600	11 500	12 000	12 400	12 500	13 100	13 700
Norte	10 900	10 600	10 500	10 700	10 700	11 200	11 500	11 600	12 200	12 700
Região Autónoma da Madeira	12 400	12 100	11 900	11 900	11 600	11 800	12 800	12 900	13 400	13 800
Região Autónoma dos Açores	13 200	12 800	12 300	12 500	12 300	12 800	12 800	12 900	13 500	14 200

Fonte: Eurostat Database [tgs00026]. Acedido em 24/09/2022

Tabela AIX: Portugal, Rendimento Médio por Adulto Equivalente por tipologia territorial (2009-2019)

Portugal							
	Cidades	Áreas Intermédias	Áreas Rurais	Nacional	Cidades/ Nacional	Rural/ Nacional	Cidades/ Rural
2009	11 990	9 484	9 302	10 540	114%	88%	1,29
2010	11 905	9 345	8 993	10 407	114%	86%	1,32
2011	11 823	9 841	8 191	10 227	116%	80%	1,44
2012	11 073	9 734	8 182	9 899	112%	83%	1,35
2013	10 935	9 814	8 133	9 856	111%	83%	1,34
2014	11 239	9 768	8 214	9 996	112%	82%	1,37
2015	11 774	10 319	8 798	10 562	111%	83%	1,34
2016	12 205	10 530	9 019	10 863	112%	83%	1,35
2017	12 322	10 798	9 214	11 063	111%	83%	1,34
2018	12 962	11 519	10 049	11 786	110%	85%	1,29
2019	14 055	12 224	10 747	12 696	111%	85%	1,31
<b>Varição 2009-2019</b>	15%	22%	13%	17%			

Fonte: Eurostat Database [ilc\_di17] e [ilc\_di0], dados trabalhados pela autora. Acedidos em 05/08/2022

Tabela AX: Portugal, Evolução da Taxa de pobreza e Taxa de pobreza ou exclusão social por tipologia territorial (2009-2019)

	Taxa de Pobreza (2009-2019)				Taxa de Pobreza ou Exclusão Social (2009-2019)			
	Cidades	Áreas Intermédias	Áreas Rurais	Nacional	Cidades	Áreas Intermédias	Áreas Rurais	Nacional
2009	13%	20%	24%	18%	22%	26%	30%	:
2010	14%	20%	22%	18%	22%	26%	27%	:
2011	15%	16%	25%	18%	23%	23%	31%	:
2012	17%	16%	24%	19%	27%	24%	32%	:
2013	18%	17%	24%	20%	27%	25%	31%	:
2014	18%	17%	24%	20%	27%	24%	30%	26%
2015	17%	17%	24%	19%	24%	23%	29%	25%
2016	18%	15%	23%	18%	23%	20%	28%	23%
2017	15%	16%	23%	17%	20%	20%	26%	22%
2018	15%	16%	22%	17%	20%	20%	26%	21%
2019	13%	17%	21%	16%	17%	20%	24%	20%
<b>Desvios (pp) 2009-2019</b>	0%	-3%	-3%	-2%	-5%	-6%	-6%	:

Fonte: Eurostat Database [ilc\_li4], [ilc\_peps13], [tespm010] e [tepsr\_lm410], dados trabalhados pela autora. Acedido em 05/08/2022

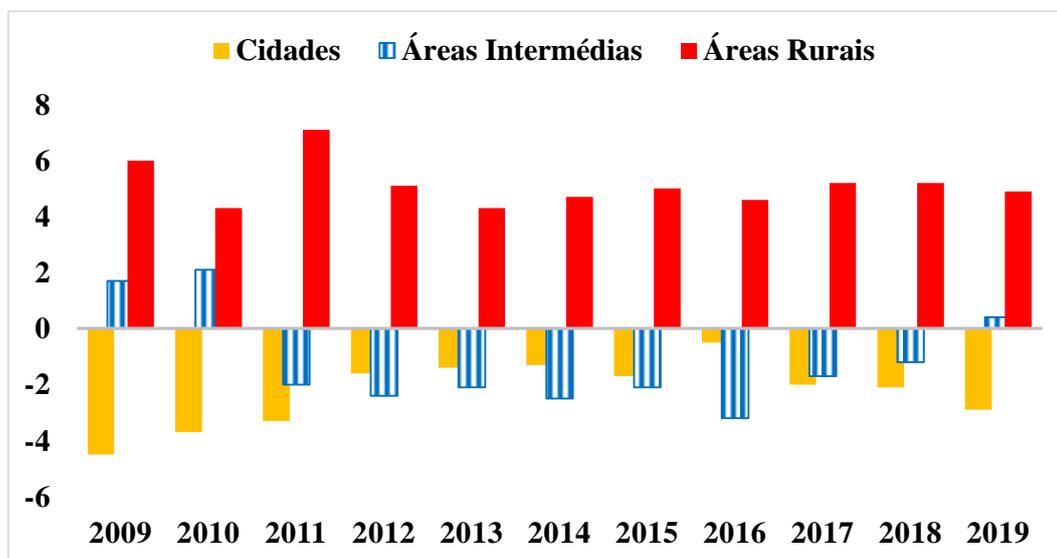


Figura A19: Portugal, Taxa de Pobreza por tipologia territorial: Desvios em pontos percentuais (p.p.) face à taxa de pobreza nacional (2009-2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_li4] e [tespm010], dados trabalhados pela autora. Acedidos em 05/08/2022

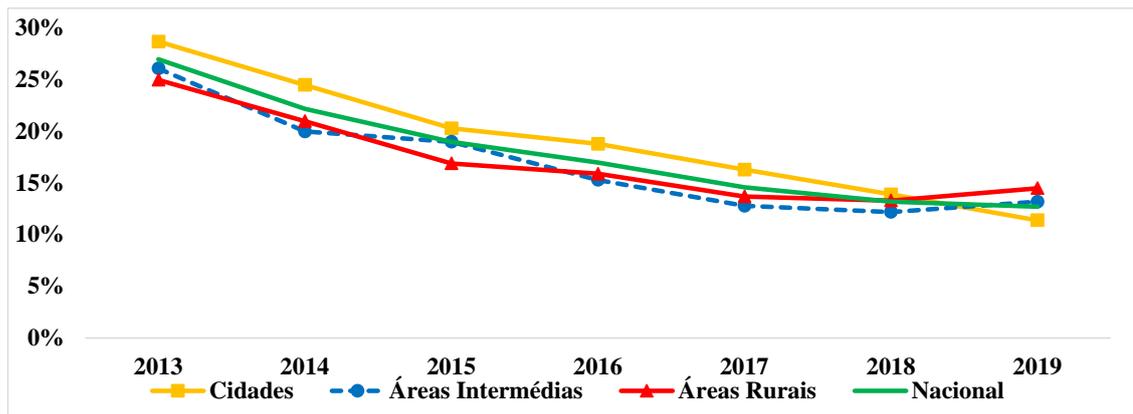


Figura A20: Portugal, Privação material e social por tipologia territorial (2013-2019)

Fonte: Eurostat Database [ilc\_md09]. Acedido em 10/08/2022.